



TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO

1. UNIDADE(S) DEMANDANTES: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – CAEE, NO ÂMBITO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE FRECHEIRINHA/CE, CONFORME PROJETO BÁSICO DE ENGENHARIA E DEMAIS INSTRUMENTOS DA FASE DE PLANEJAMENTO, conforme as quantidades e especificações técnicas anexadas a este termo de referência.

1.2. Este objeto será realizado através de licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, pelo critério **JULGAMENTO PELO MENOR PREÇO GLOBAL**, pelo modo de disputa **ABERTO**.

1.3. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS E QUANTITATIVOS:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QTDE.	VALOR ESTIMADO
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – CAEE, NO ÂMBITO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE FRECHEIRINHA/CE.	SERVIÇO	01	R\$ 2.591.579,05

2.0. FUNDAMENTO LEGAL, MODALIDADE DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

2.1. A presente contratação será regida pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto Municipal nº 002/2024, de 02 de janeiro de 2024, que regulamenta a Nova Lei de Licitações no âmbito do Município de Frecheirinha/CE, bem como, no que couber, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e pela Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), além das demais normas legais e regulamentares aplicáveis, do Edital e de seus anexos.

2.2. O objeto desta contratação consiste na **execução de obra de engenharia para construção do Centro de Atendimento Educacional Especializado – CAEE**, no âmbito da rede municipal de ensino do Município de Frecheirinha/CE, não se enquadrando como bem de luxo, nos termos do **Decreto Municipal nº 002/2024**. Trata-se de **obra de edificação pública**, cujas especificações técnicas, métodos construtivos, padrões de desempenho, requisitos de acessibilidade, segurança e funcionalidade encontram-se previamente definidos no **Projeto Básico de Engenharia** e nos demais documentos técnicos da fase de planejamento.

2.3. Considerando a natureza do objeto, o valor estimado da contratação e as disposições da Lei nº 14.133/2021, a licitação será realizada na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na **FORMA ELETRÔNICA**, por se tratar de obra de engenharia com escopo definido e compatível com essa modalidade.



2.4. O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**, adequado ao regime de execução indireta por empreitada por preço global, assegurando julgamento objetivo, isonomia entre os licitantes e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em consonância com os princípios da legalidade, da eficiência, da economicidade e da transparência.

3.0. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

3.1. A descrição da necessidade da contratação e de seus quantitativos encontram-se pormenorizados em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP), documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de contratação, em anexo a este Termo.

3.1.1. O objeto da contratação está previsto nos instrumentos de planejamento da Administração Pública Municipal e com as diretrizes de logística sustentável, além de outros instrumentos de planejamento da Administração, definidos em regulamento do Poder Executivo Municipal, conforme estabelecido no **DECRETO MUNICIPAL Nº 002/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024**.

3.2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.

3.2.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP):

3.3. NATUREZA E GARANTIA DO SERVIÇOS:

3.3.1. O objeto da presente demanda é classificado, conforme definido no Estudo Técnico Preliminar – ETP, como **OBRA** ou **SERVIÇO DE ENGENHARIA**, enquadrando-se, quanto à sua natureza, como **COMUM**, nos termos da legislação vigente e das características técnicas do objeto a ser contratado.

3.4. CRITÉRIO PARA A PROPOSTA SER ACEITA

3.4.1. A proposta deve observar os valores unitários e global máximos aceitáveis conforme planilha de composição de preços do orçamento estimado.

4.0. DOS DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

4.1. O licitante que apresentar a melhor proposta, durante a etapa competitiva, será convocado para apresentar os documentos de habilitação, em prazo a ser definido pelo pregoeiro no edital. Os documentos devem ser apresentados através de upload em campo próprio do sistema eletrônico no qual o certame é realizado. Serão exigidos para fins de habilitação da presente licitação, os seguintes documentos:

4.1.1. REGISTRO COMERCIAL, no caso de empresário individual, no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial; devendo, no caso de a licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

4.1.2. ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO em vigor devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

4.1.3. INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO, no caso de sociedades simples – exceto cooperativas - no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da diretoria em exercício; devendo, no caso de a licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas do Estado onde opera com averbação no Cartório onde tem sede a matriz.



4.1.4. **DECRETO DE AUTORIZAÇÃO**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e **ATO DE REGISTRO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO** expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

4.1.5. **REGISTRO NA ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS**, no caso de cooperativa, acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Ato constitutivo ou estatuto social, nos termos dos arts. 15 a 21, da Lei nº 5.764/1971;
- b) Comprovação da composição dos órgãos de administração da cooperativa (diretoria e conselheiros), consoante art. 47, da Lei nº 5.764/1971;
- c) Ata de fundação da cooperativa;
- d) Ata de assembleia que aprovou o estatuto social;
- e) Regimento Interno com a Ata da assembleia que o aprovou;
- f) Regimento dos fundos constituídos pelos cooperados com a Ata da assembleia que os aprovou;
- g) Editais das 03 (três) últimas assembleias gerais extraordinárias.

4.2. DA REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

4.2.1. **PROVA DE REGULARIDADE PARA COM AS FAZENDAS FEDERAL, ESTADUAL e MUNICIPAL** da sede ou filial da licitante, expedidos pelos órgãos abaixo relacionados e dentro dos seus períodos de validade, devendo os mesmos apresentar igualdade de CNPJ.

a. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, OU EQUIVALENTE, EXPEDIDA PELA PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL E RECEITA FEDERAL DO BRASIL.

b. CERTIDÃO (DÕES) NEGATIVA (S) DE DÉBITOS ESTADUAIS, OU EQUIVALENTE (S), EMITIDA (S) DE ACORDO COM AS REGRAS DE EMISSÃO DO ESTADO SEDE DA LICITANTE.

c. CERTIDÃO (DÕES) NEGATIVA (S) DE DÉBITOS MUNICIPAIS, OU EQUIVALENTE (S), EMITIDA (S) DE ACORDO COM AS REGRAS DE EMISSÃO DO MUNICÍPIO SEDE DA LICITANTE.

4.2.2. CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE SITUAÇÃO (CRS) OU EQUIVALENTE, perante o Gestor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), da jurisdição da sede ou filial da licitante, devendo o mesmo ter igualdade de CNPJ com os demais documentos apresentados na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista

4.2.3. No caso de cooperativa, a mesma está dispensada da apresentação dos documentos relativos ao FGTS dos cooperados. Para efeito desta dispensa, deverá apresentar o seguinte:

- a. DECLARAÇÃO constando que, caso vencedor da licitação, o objeto será prestado, produzido ou comercializado por ela própria através de seus cooperados.
- b. ATA DA SESSÃO em que os cooperados autorizaram a cooperativa a participar da licitação e executar o contrato caso seja vencedora.
- c. RELAÇÃO DOS COOPERADOS que prestarão, produzirão ou comercializarão o objeto da licitação discriminado, comprovando através de documento a data de ingresso de cada um deles na cooperativa.

Caso a cooperativa tenha empregados em seus quadros, esta deverá juntar os documentos comprobatórios de recolhimento do FGTS relativo a eles.



4.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do título VII-A, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

4.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.3.1. COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL

4.3.1.1. A licitante deverá apresentar prova de inscrição ou registro da empresa e de seu(s) responsável(is) técnico(s) junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), conforme a natureza e a especialidade dos serviços a serem executados, devidamente atualizada e válida na data de apresentação da documentação, comprovando estar apta ao desempenho das atividades técnicas relacionadas ao objeto desta licitação, nos termos da Lei nº 5.194/1966, da Lei nº 12.378/2010 e do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

a) Caso a empresa ou o(s) responsável(is) técnico(s) não possuam registro na jurisdição do Estado do Ceará, deverão providenciar, por ocasião da assinatura do contrato, o respectivo visto ou registro complementar, conforme as normas e resoluções do conselho profissional competente.

4.3.1.2. Comprovação de que o licitante, na condição de pessoa jurídica, detém **CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL**, demonstrada pela execução anterior de obra(s) ou serviço(s) de engenharia de características semelhantes ao objeto da licitação, considerando-se as parcelas de maior relevância e valor significativo, bem como os quantitativos mínimos definidos neste instrumento, nos termos do art. 67, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, conforme especificado a seguir:

ITEM DO ORÇAMENTO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT. NO ORÇAMENTO	QUANT. MÍNIMA EXIGIDA	% CORRESPONDENTE AO PB/ORÇAMENTO
9.5	C4419	LAJE PRÉ-FABRICADA P/ FÔRRO - VÃO DE 3,01 A 4 m	M2	552,45	276	49,95%
10.2	C3028	REBOCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA PENEIRADA, TRAÇO 1:3	M2	1549,93	774	49,93%
15.1	C1807	MURO CONTORNO DE ALVENARIA E CONCRETO (PILAR+CINTA) REBOCADO, COM PINTURA	M2	210	105	50%

a.1) A comprovação da capacidade técnico-operacional será realizada por meio da apresentação de no mínimo 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica, emitido em nome da licitante, por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de obra(s) ou serviço(s) de engenharia compatíveis em características, complexidade e porte com o objeto da presente licitação.

a.2) Será aceito o **somatório de atestados para demonstração da capacidade técnico-operacional da LICITANTE**, desde que estes, no conjunto, comprovem a **execução dos serviços especificados** no subitem anterior (4.3.1.2.), **em quantidade mínima de 50% dos quantitativos do objeto** deste edital ou, se for o caso, da quantidade especificada para o serviço na planilha orçamentária de referência.

a.3) Para fins de qualificação técnico-operacional, somente serão consideradas como parcelas ou itens de maior relevância e valor significativo aquelas cujo valor individual corresponda a, no mínimo, 4% (quatro por cento) do valor total estimado do orçamento da contratação, em observância à Lei nº 14.133/2021, vedada a eleição de parcelas de relevância com valor inferior a esse limite.



a.4) Não serão aceitos atestados referentes exclusivamente a serviços de fiscalização, supervisão, gerenciamento, assessoria técnica ou elaboração de projetos, devendo os documentos comprovarem a execução direta dos serviços.

4.3.1.2.1. O documento deverá conter, no mínimo:

- descrição detalhada dos serviços executados;
- período de execução;
- identificação do contratante; e
- manifestação quanto à satisfação dos serviços, quando possível.

4.3.2. COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA PROFISSIONAL

4.3.2.1. Comprovação de **CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL**, através da prova da Licitante possuir como responsável técnico, na data prevista para a licitação, profissional de nível superior, sendo **Engenheiro Civil ou Arquiteto e Engenheiro Eletricista**, legalmente habilitado(s) e reconhecido(s) pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, conforme o caso, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica devidamente registrado(s) no CREA ou CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) por este(s) Conselho(s), que comprove(m) ter o(s) profissional(is) executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal ou, ainda, para empresa privada - que não a própria licitante (CNPJ diferente) - serviço(s) relativo(s) ao objeto ora Licitado, com características semelhantes ao objeto deste Edital, cuja **as parcelas de maior relevância e valor significativo da obra/serviços** como sendo as correspondentes aos itens:

ITEM DO ORÇAMENTO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS
9.5	C4419	LAJE PRÉ-FABRICADA P/ FÔRRO - VÃO DE 3,01 A 4 m
10.2	C3028	REBOCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA PENEIRADA, TRAÇO 1:3
15.1	C1807	MURO CONTORNO DE ALVENARIA E CONCRETO (PILAR+CINTA) REBOCADO, COM PINTURA

4.3.2.1.2. O(s) profissional(is) indicado(s) deverá(ão) figurar como responsável(is) técnico(s) pela execução, acompanhamento e controle da obra, assegurando o atendimento às normas técnicas, às exigências de segurança do trabalho, acessibilidade, desempenho e sustentabilidade aplicáveis às edificações públicas destinadas ao atendimento educacional especializado.

4.3.2.1.3. A comprovação do vínculo com o quadro permanente da empresa deverá ser feita mediante apresentação de documentação hábil, conforme a situação do profissional: Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); cópia do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio; cópia do contrato de trabalho ou, ainda, declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do referido profissional. (Acórdão nº 1450/2022 – TCU – Plenário | Relator: Ministro Vital do Rêgo).

4.3.2.2. O(s) profissional(is) indicado(s) deverá(ão) apresentar Atestado(s) de Responsabilidade Técnica (ART ou RRT), devidamente registrado(s) no CREA ou no CAU da jurisdição competente, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico (CAT) ou Registros de Responsabilidade Técnica (RRT), emitidos pelo conselho profissional correspondente.

4.3.3. A licitante deverá apresentar **Declaração de Responsabilidade Técnica**, contendo a identificação completa do(s) profissional(is) indicado(s) como responsável(is) técnico(s) pela execução da obra do **Centro de Atendimento Educacional Especializado – CAEE**, informando, no mínimo:



- nome completo;
- CPF;
- número de registro no respectivo Conselho Profissional (CREA ou CAU);
- especialidade ou área de atuação; e
- função técnica a ser desempenhada no âmbito contratual.

5.3.3.1. A referida declaração deverá ser assinada por todos os profissionais indicados, atestando sua anuência, ciência e disponibilidade para atuar de forma **exclusiva e dedicada** na execução do objeto, caso a licitante seja vencedora, bem como pelo representante legal da empresa, que se responsabilizará pela veracidade das informações prestadas e pelo cumprimento das obrigações contratuais assumidas.

4.3.3.1. As assinaturas deverão ser apostas de forma **manual ou eletrônica**, admitindo-se assinatura digital com certificação no padrão **ICP-Brasil**, sendo aceitos apenas documentos originais ou cópias devidamente autenticadas, quando aplicável.

A exigência da Declaração de Responsabilidade Técnica fundamenta-se no **art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021**, visando assegurar o **vínculo efetivo, a disponibilidade e a responsabilidade técnica** do(s) profissional(is) indicado(s), especialmente para a execução das **parcelas de maior relevância técnica** previstas no Projeto Básico de Engenharia.

Trata-se de medida **necessária, adequada e proporcional**, destinada a garantir a capacitação técnica da licitante, a segurança e a qualidade da execução contratual, bem como a observância dos princípios da **legalidade, eficiência, planejamento, julgamento objetivo e isonomia**, previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

4.4. OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

Observação nº 01: Os documentos apresentados deverão conter marcações visuais (grifo, sublinhado ou destaque) nos trechos que comprovem o atendimento aos requisitos de qualificação, tais como: descrição dos serviços, período de execução, contratante e vínculo com o profissional indicado, assegurando clareza, objetividade e celeridade na análise, conforme os princípios da legalidade, eficiência e julgamento objetivo.

Observação nº 02: É vedada a participação do mesmo profissional como responsável técnico vinculado a mais de uma licitante no certame, sob pena de inabilitação das empresas envolvidas, em observância aos princípios da isonomia, da segurança jurídica e da vinculação ao instrumento convocatório (arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021).

4.5. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

4.5.1. A licitante deverá apresentar declaração de responsabilidade técnica, contendo a identificação completa dos profissionais indicados como responsáveis técnicos pela execução da obra ou dos serviços de engenharia, com nome completo, CPF, número de registro no respectivo Conselho Profissional (CREA ou CAU), especialidade ou área de atuação e a função técnica que será exercida no âmbito do contrato.

A referida declaração deverá ser assinada por todos os profissionais indicados, atestando sua anuência, ciência e disponibilidade para atuar de forma exclusiva e dedicada na execução do objeto licitado, caso a licitante seja vencedora, bem como pelo representante legal da empresa proponente, responsabilizando-se pela veracidade das informações prestadas e pelo cumprimento das obrigações contratuais assumidas.



4.5.2. As assinaturas deverão ser apostas manualmente ou mediante certificação digital no padrão ICP-Brasil, admitindo-se apenas documentos originais ou cópias autenticadas. A exigência dessa declaração fundamenta-se no art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021, e tem por finalidade assegurar o vínculo efetivo e a disponibilidade do profissional responsável técnico indicado, especialmente para a execução das parcelas de maior relevância do objeto, conforme estabelecido no Projeto Básico. Trata-se de medida necessária à garantia da capacitação técnica da licitante e à segurança na execução do futuro contrato, em consonância com os princípios da legalidade, eficiência, julgamento objetivo e isonomia.

4.6. REGULARIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA

4.6.1. Apresentação de Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou, no caso de pessoa física, Certidão Negativa de Execução Patrimonial, emitida no domicílio do proponente, conforme disposto na legislação aplicável.

4.6.2. No caso de cooperativas, estará dispensada a exigência constante do subitem acima.

4.6.3. Apresentação do Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis relativas aos dois (02) últimos exercícios sociais.

4.6.4. O julgamento da capacidade econômico-financeira será feito separadamente para cada exercício, de forma independente, com base no Balanço Patrimonial de cada ano.

4.6.5. Caso a pessoa jurídica tenha sido constituída há menos de dois (02) anos, os documentos mencionados no item 4.4.3. serão limitados ao último exercício encerrado, sendo admitido o balanço de abertura, conforme o caso.

4.6.6. O Balanço Patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, deverão estar:

Registrados na Junta Comercial competente (ou em cartório, conforme o tipo societário);
Assinados por contador legalmente habilitado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC);
Assinados pelo titular ou representante legal da empresa;
Vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, salvo se atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três (03) meses da data de apresentação da proposta.

4.6.7. Serão aceitos o Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis transmitidas via SPED (Escrituração Contábil Digital), desde que acompanhadas do recibo oficial de entrega, observadas as Instruções Normativas da Receita Federal vigentes.

4.6.8. Para sociedades por ações, será exigida a apresentação do Balanço Patrimonial publicado em jornal de grande circulação da localidade onde está situada a sede da companhia, acompanhado de seu respectivo registro na Junta Comercial.

4.6.9. As empresas deverão observar, conforme o seu porte e regime jurídico, as disposições constantes nos arts. 289, 294, 294-A e 294-B da Lei nº 6.404/1976 (Lei das S.A.).

4.6.10. Para empresas recém-constituídas (com menos de 01 ano de atividade), deverá ser apresentado o Balanço de Abertura, acompanhado dos termos de abertura e encerramento, devidamente registrados na Junta Comercial, constando o número do Livro Diário e das folhas em



que o balanço está transcrito, ou com a devida autenticação pela Junta. O documento deverá estar assinado por contador habilitado no CRC e pelo representante legal da empresa.

4.6.11. No caso de sociedades simples, o Balanço Patrimonial deverá estar inscrito no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, com a assinatura do contador habilitado e do representante legal da instituição, e deverá atender aos índices financeiros mínimos definidos neste instrumento convocatório.

4.6.12. Quando a empresa apresentar Índice de Liquidez Geral (LG) inferior a 1,0 (um), será exigida a comprovação de Patrimônio Líquido Mínimo ou Capital Mínimo correspondente a pelo menos 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio do Balanço Patrimonial, como forma de compensação da capacidade econômico-financeira.

4.6.13. A comprovação da boa situação financeira da licitante deverá ser feita mediante documento assinado por profissional legalmente habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade da sede ou filial da empresa, comprovando que a mesma apresenta Índice de Liquidez Geral (LG) igual ou superior a 1,0 (um), calculado pela seguinte fórmula:

$$\text{LG} = \frac{\text{AC} + \text{ARLP}}{\text{PC} + \text{PELP}} \geq 1,0$$

Onde:

AC: Ativo Circulante;

ARLP: Ativo Realizável a Longo Prazo; PC: Passivo Circulante;

PELP: Passivo Exigível a Longo Prazo

5.0. OUTRAS EXIGÊNCIAS LEGAIS

5.1. Declaração de que, em cumprimento ao estabelecido na Lei Nº. 9.854/99, e ao inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

5.2. **DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 13.709/2018.**

5.12. As declarações acima deverão, obrigatoriamente, vir com firma reconhecida do emitente ou assinatura eletrônica, nos termos permitidos pela legislação vigente aplicável a matéria, a fim de garantir a veracidade das informações e imprimir uma maior celeridade ao certame.

6.0. DO ALINHAMENTO COM OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

6.1. A presente contratação não se encontra prevista no Plano de Contratações Anual – PCA formalmente instituído para o exercício de 2026. Tal circunstância, contudo, não constitui óbice ao regular prosseguimento da contratação, especialmente por se tratar de demanda necessária ao atendimento do interesse público e compatível com os objetivos estratégicos da Administração. Ressalte-se que a contratação possui previsão na Lei Orçamentária Anual vigente, com recursos devidamente consignados na respectiva dotação orçamentária, conforme demonstrado na própria LOA e comprovado nos autos do procedimento licitatório. Dessa forma, resta atendida a exigência de compatibilidade orçamentária, assegurando-se



a viabilidade financeira da contratação e a observância dos princípios do planejamento, da legalidade e da responsabilidade fiscal, conforme dotação orçamentária, informado abaixo:

Dotação Orçamentária: 1003.12.365.0221.1.018 – Construção, Ampliação e Reforma de Centros de Educação Infantil – FUNDEB 30%

1003. 12.361.0221.2.057 - FUNDEB 30% — Desenvolvimento do Ensino Fundamental;

Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00 Obras e instalações.

7.0. DA GARANTIA CONTRATUAL

7.1. Não será exigido garantia contratual.

8.0. PRAZO, FORMA DE EXECUÇÃO E MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante do contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados, quando houver, e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do *caput* do art. 117, da Lei nº 14.133/2021.

8.7. A fiscalização se responsabilizará pelo acompanhamento da execução do objeto contratual, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.7.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.7.3. O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.



8.7.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.7.5. O fiscal comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

8.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.9. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, quando for o caso, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

8.13. O prazo para iniciar a execução dos serviços será de até 05 (Cinco) dias, contados da Ordem de Serviços.

8.14. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.14.1. A fiscalização da presente contratação será designada através da publicação de Portaria no Diário Oficial do Município– D.O.M, designando servidores para comporem a gestão contratual, o fiscal técnico e o fiscal administrativo, determinando ainda as competências e diretrizes da gestão e fiscalização contratual, conforme **DECRETO MUNICIPAL Nº 002/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024.**

9.0. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

9.1. Recebimento do Serviço

9.1.1. Os serviços serão **recebidos provisoriamente** pela fiscalização designada, no prazo máximo de **até 05 (cinco) dias úteis** contados da comunicação formal da conclusão dos serviços pela contratada, mediante a lavratura de **termo circunstanciado de recebimento provisório**, no qual será verificado o cumprimento das especificações técnicas, da qualidade dos materiais empregados e das condições contratuais estabelecidas, nos termos do art. 140, inciso II, alínea “a”, da Lei Federal nº 14.133/2021. O recebimento provisório será condicionado à análise detalhada dos serviços executados, podendo a fiscalização determinar, caso necessário, a correção de eventuais vícios, falhas ou desconformidades detectadas, antes da emissão do termo de recebimento definitivo.



9.1.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

9.1.3. O contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.1.3.1. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório nos termos do art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133/2021.

9.1.3.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.1.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

9.1.5. Os serviços serão recebidos **DEFINITIVAMENTE** no prazo de até 10 (Dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

9.1.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo(s) fiscal(is) no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

9.1.5.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao contratado, por escrito, as respectivas correções;

9.1.5.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

9.1.5.4. Comunicar ao contratado para que emita a nota fiscal ou fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

9.1.5.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

9.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se ao contratado para emissão de nota fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.1.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

9.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



9.2. Liquidação

9.2.1. Recebida a nota fiscal ou o documento de cobrança equivalente, devidamente atestados pela fiscalização quanto à regularidade dos serviços prestados, correrá o prazo de **até 10 (dez) dias úteis** para a sua liquidação, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, prorrogável por igual período mediante justificativa expressa e devidamente motivada da Administração Pública. A liquidação da despesa compreenderá a verificação da correta execução dos serviços, do cumprimento das condições contratuais, e da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, conforme exigências previstas no edital e no contrato.

9.2.1.1. O prazo de que trata o subitem anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

9.2.2. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, observando-se o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

9.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.2.4. A nota fiscal ou documento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no subitem 11.4 do edital.

9.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

9.3. Prazo de pagamento



9.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (Trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

9.3.2. No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGPM de correção monetária.

9.4. Forma de pagamento

9.4.1. O pagamento será realizado mediante crédito em conta corrente do contratado.

9.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.5. Antecipação de pagamento

9.5.1. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

10.0. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com este instrumento e seus anexos;

10.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo;

10.3. Notificar o contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto contratado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo contratado;

10.5. Comunicar o contratado para emissão de nota fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021;

10.6. Efetuar o pagamento ao contratado do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste termo;

10.7. Aplicar as sanções previstas na lei e edital, quando do descumprimento de obrigações pelo contratado;



10.8. Emitir explicitamente decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato.

10.8.1. A Administração terá o prazo de 15 (Quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.9. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (Trinta) dias, podendo ser prorrogado pela administração, desde que haja justificativa clara e pertinente.

10.10. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11.0. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.1.1. Entregar o objeto, quando for o caso, acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

11.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

11.1.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

11.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a nota fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadiplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

11.1.9. Atender além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, atender ainda os seguintes requisitos de sustentabilidade.



11.1.10. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto.

11.1.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.1.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

11.1.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em lei e em outras normas específicas.

11.1.13.1. Comprovar as reservas de cargos e vagas a que se referem o subitem acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas conforme disposto no art. 116, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021.

11.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

11.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

11.1.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11.1.17. Promover, se for o caso, a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

11.1.18. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização do contratante.

11.1.19. Respeitar os princípios de proteção de dados pessoais elencados na Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018 e suas alterações.

11.1.20. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is) indicados pela administração municipal, caso necessário.

11.1.20.1. O técnico deverá se deslocar ao local da execução do serviço, salvo se puder ser realizado a distância.

11.1.21. Cumprir as exigências contidas na Minuta de Contrato.

12.0. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que praticar ato ilícito na forma do art. 155, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e especialmente quando: 12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:



- 12.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 12.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 12.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 12.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;
- 12.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 12.1.2.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.2.7. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.
- 12.1.2.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 12.1.2.9. Fraudar a licitação
- 12.1.2.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 12.1.2.11. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 12.1.2.12. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 12.1.2.13. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.1.2.14. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 12.1.2.15. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. O licitante que praticar ato ilícito estará sujeito, garantindo o devido processo legal, assegurada a observância do prévio contraditório e da ampla defesa, sem prejuízo da sanções legais nas esferas civis e criminais, às seguintes penalidades, de acordo com o **DECRETO MUNICIPAL Nº 67/2025, DE 10 DE ABRIL DE 2025**, que dispõe sobre os procedimentos para aplicação da sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aos licitantes e contratados pelas infrações administrativas praticadas contra a Administração Pública municipal direta e indireta do Município.

12.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, as seguintes sanções:

I – Advertência

II – Multa

III - Impedimento de licitar e contratar

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

12.3.1. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

12.4. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:



I - Descumprimento de obrigação legal ou infração à lei, quando não se justificar uma aplicação de sanção mais grave; ou

II - Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória quando, a critério da Administração, não se justificar uma aplicação de sanção mais grave.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, considera-se descumprimento ou inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória aquelas que não impactam objetivamente no prosseguimento da execução contratual e desde que não causem prejuízos à Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional.

12.5. A sanção de multa será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - De 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor contratado, para aquele que:

a) Der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no parágrafo único do subitem 12.3.

b) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

c) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor contratado ou adjudicado, para aquele que:

a) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

b) não celebrar o contrato, ou instrumento equivalente, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

c) der causa à inexecução parcial do contrato que cause dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado ou do valor de referência para a licitação, para aquele que:

a) der causa à inexecução total do contrato;

b) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

c) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

d) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

e) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

f) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



§ 1º Na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina, aplica-se a penalidade prevista no inciso I deste artigo.

§ 2º Nos contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput e seus incisos para cálculo da multa incidirá sobre o valor estimado da contratação.

§ 3º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, de pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado ou será cobrada judicialmente.

§ 4º Na aplicação da sanção prevista no **DECRETO MUNICIPAL Nº 67/2025, DE 10 DE ABRIL DE 2025**, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

§ 5º Se a recusa em assinar o contrato ou instrumento equivalente for motivada por fato impeditivo relevante, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, a autoridade competente para a contratação poderá, mediante ato motivado, deixar de aplicar a multa.

§ 6º O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

§ 7º Quando da aplicação da penalidade de multa, deverão ser observadas as atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

§ 8º Após esgotados os meios de execução direta da sanção de multa indicados no § 3º deste artigo, o imputado será notificado para recolher a importância devida, por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação oficial.

§ 9º Decorrido o prazo previsto no § 8º deste artigo, o órgão ou entidade sancionador encaminhará a multa à Procuradoria Geral do Município para que seja inscrita na Dívida Ativa do Município.

12.6. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o infrator à multa de mora, de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), equivalente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela referente aos impostos destacados no documento fiscal.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste **TERMO DE REFERÊNCIA**.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, àquele que:

I - Der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no **DECRETO MUNICIPAL Nº 67/2025, DE 10 DE ABRIL DE 2025**, ou que cause grave dano à



Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - Der causa à inexecução total do contrato;

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

IV - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ou

VI - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

Parágrafo único. A sanção prevista no caput deste artigo impedirá o imputado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas seguintes infrações administrativas:

I - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; ou

V - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 1º A sanção de declaração de inidoneidade prevista no caput deste artigo também será aplicada nas infrações administrativas prevista no **DECRETO MUNICIPAL Nº 67/2025, DE 10 DE ABRIL DE 2025**, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

§ 2º A sanção prevista no subitem 12.8 impedirá o imputado de licitar ou contratar com Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 3º A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com Administração Pública direta e indireta deverá ser precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade superior.

12.9. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de descumprimento da obrigação de zelo no tratamento dos dados pessoais da pessoa natural vinculada ao CONTRATANTE, ou em caso de tratamento de dados sem o consentimento específico e destacado por termo de compromisso, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA, quando for o caso.

12.10. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de tratamento de dados pessoais sensíveis com o objetivo de obter vantagem econômica, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA, quando for o caso.



12.11. As informações relativas aos prazos e procedimentos administrativos observarão, prioritariamente, o disposto no **DECRETO MUNICIPAL Nº 67/2025, DE 10 DE ABRIL DE 2025**, que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021 no âmbito do Município de Frecheirinha/CE. Em caso de divergência entre as disposições gerais da legislação federal e as normas específicas estabelecidas no referido **DECRETO MUNICIPAL Nº 67/2025, DE 10 DE ABRIL DE 2025**, prevalecerão as disposições do Decreto Municipal, no que couber, conforme sua competência regulamentar e no exercício da autonomia administrativa municipal.

13.0. DAS CONDIÇÕES E PRAZO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇOS

13.1. O prazo de execução dos serviços será aquele previsto no **CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO** elaborado pelo Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal de Frecheirinha/CE, constante do Projeto Básico que instruirá cada requisição formalizada por meio da respectiva Ordem de Serviço, conforme a natureza, complexidade e volume das atividades demandadas.

13.2. O cronograma físico-financeiro indicará o prazo específico para a execução dos serviços, sendo este parte integrante da Ordem de Serviço e devendo ser rigorosamente observado pela contratada, sob pena de aplicação das sanções previstas no contrato e na legislação aplicável.

13.3. A execução dos serviços deverá ocorrer nas dependências da Secretaria demandante ou nos locais por ela designados, abrangendo as sedes administrativas, unidades públicas, logradouros ou demais equipamentos públicos sob responsabilidade da Administração, nos seguintes horários: das 08h00min às 11h30min e das 14h00min às 17h00min, de segunda a sexta-feira, salvo hipóteses de execução extraordinária, em regime de plantão ou de urgência, devidamente autorizadas pela Contratante.

14. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO, PRORROGAÇÃO E EXECUÇÃO DO OBJETO

14.1. A vigência contratual corresponderá ao prazo estabelecido no **CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DA OBRA**, acrescido do tempo necessário para a realização dos procedimentos de **RECEBIMENTO PROVISÓRIO** e **DEFINITIVO** do objeto, conforme dispõem a Lei nº 14.133/2021. O contrato abrangerá todas as etapas de execução, verificação e aceitação da obra, encerrando-se apenas após a emissão do **TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO**, mediante a comprovação de que o objeto foi executado em conformidade com o projeto básico, as normas técnicas e as condições contratuais.

14.1.1. Por se tratar de **CONTRATO POR ESCOPO**, eventual necessidade de prorrogação dos prazos de execução ou de vigência poderá ocorrer de forma automática, limitada ao tempo estritamente necessário à conclusão do objeto, independentemente de nova pactuação do escopo, desde que devidamente justificada e formalizada nos autos. Tal prorrogação poderá ser registrada por apostila, quando não implicar alteração das cláusulas essenciais do contrato, ou por termo aditivo, quando exigido pela natureza do ajuste, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

15.0. DA SUBCONTRATAÇÃO COMPULSÓRIA E DA COTA RESERVADA

15.1. É permitida a subcontratação de parte dos serviços do presente objeto, mediante prévia e expressa anuência do Município **CONTRATANTE**, cujo montante a ser subcontratado poderá totalizar até **30% (trinta por cento)** do valor total contratado, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais da **CONTRATADA** perante o Município.



15.2. Nos termos dos arts. 47 e 48, inciso II, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, c/c o Decreto Municipal nº 002/2024, de 02 de janeiro de 2024, a licitante vencedora DEVERÁ subcontratar, compulsoriamente, entidade(s) preferencial(is), assim considerada(s) a(s) microempresa(s), empresa(s) de pequeno porte e microempreendedor(es) individual(is), nos exatos termos do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, para execução de, no mínimo, **5% (cinco por cento)** e, no máximo, **15% (quinze por cento)** do valor do objeto contratado.

15.3. O licitante deverá indicar a(s) entidade(s) preferencial(is) mencionada(s) no item 15.2, com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e os respectivos valores.

15.4. Do percentual de que trata o item 15.1 será deduzido o percentual de subcontratação compulsória de que trata o item 15.2.

15.5. A **CONTRATADA** ficará responsável por verificar a habilitação das subcontratações que realizar, sem prejuízo da fiscalização a cargo do **CONTRATANTE**, permanecendo responsável pelo adimplemento integral do contrato.

15.6. Assinado o contrato, serão emitidas as respectivas **Notas de Empenho** em favor da **CONTRATADA** e, no caso da(s) entidade(s) preferencial(is) subcontratada(s) compulsoriamente, também empenho direto em favor dessa(s).

15.7. No pagamento de cada etapa ou parcela, será verificada a regularidade perante a seguridade social e o cumprimento das obrigações trabalhistas da contratada e da(s) subcontratada(s), em relação ao efetivo de pessoal empregado na execução do objeto.

15.8. A **CONTRATADA** deverá substituir a subcontratada, na parcela referente à subcontratação compulsória, no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, na hipótese de extinção da subcontratação, salvo se demonstrada a inviabilidade da substituição.

15.9. A extinção da subcontratação referida no item anterior deverá ser devidamente justificada e comunicada à Administração no prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas**.

15.10. A **CONTRATADA** responsabilizar-se-á pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação, podendo recomendar ao **CONTRATANTE**, de forma justificada, a suspensão ou glosa de pagamentos.

15.11. Não se aplica a exigência de subcontratação compulsória quando o licitante vencedor for entidade preferencial.

15.12. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica quando aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou gestão do contrato, bem como quando se tratar de cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

16.0. DAS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

16.1. Os serviços prestados pela **CONTRATADA** deverão observar estritamente as normas técnicas de proteção ambiental, promovendo o uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos, atendendo às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela **CONTRATANTE**.



16.2. As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e mitigação de impactos ambientais pautar-se-ão nos seguintes pressupostos e exigências, a serem observados pela **CONTRATADA**:

- I. racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;
- II. substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- III. racionalização e economia no consumo de energia, especialmente elétrica, e de água, com o repasse aos seus empregados de orientações voltadas à redução desses consumos;
- IV. reciclagem e destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação;
- V. descarte adequado de materiais tóxicos, tais como óleo de motor, lâmpadas fluorescentes e reatores, pilhas e baterias, mediante apresentação à **CONTRATANTE** de comprovação do descarte realizado de forma ambientalmente correta;
- VI. utilização de materiais que atendam à melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais positivos e negativos associados aos produtos empregados;
- VII. execução dos serviços de modo a minimizar os impactos ambientais sobre os elementos naturais existentes no local de realização, tais como flora, fauna e recursos hídricos.

16.3. A qualquer tempo, a **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA** a apresentação da relação de marcas e fabricantes dos produtos e materiais utilizados, podendo exigir a substituição de quaisquer itens por outros de mesma finalidade, considerados mais adequados sob o ponto de vista ambiental.

16.4. A **CONTRATADA** deverá instruir seus empregados quanto à necessidade de racionalização de recursos no desempenho de suas atribuições, bem como quanto às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela **CONTRATANTE**, autorizando a participação destes em eventos de capacitação e sensibilização promovidos pela Administração.

16.5. Todas as embalagens, restos de materiais e produtos, bem como resíduos de óleos e graxas, deverão ser devidamente separados para posterior descarte, em conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigente.

16.6. A **CONTRATADA** deverá desenvolver ou adotar manuais de procedimentos para o descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como pilhas e baterias que contenham em sua composição chumbo, mercúrio e seus compostos, providenciando sua destinação aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias.

16.7. Tratamento idêntico deverá ser dispensado às lâmpadas fluorescentes e aos frascos de aerossóis em geral, os quais, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.

16.8. A **CONTRATADA** deverá estabelecer, em comum acordo com a **CONTRATANTE**, procedimentos e rotinas voltados ao monitoramento e à melhoria contínua da eficiência energética de seus equipamentos.



16.9. A **CONTRATADA** deverá conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando a legislação ambiental pertinente, de modo a prevenir danos ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e demais envolvidos na prestação dos serviços.

16.10. A **CONTRATADA** deverá observar o disposto na **Resolução CONAMA nº 401/2008**, especialmente no que se refere à aquisição de pilhas e baterias destinadas aos equipamentos, bens e materiais sob sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, tais como chumbo, cádmio e mercúrio.

17.0. TIPO DE LICITAÇÃO E DOS CASOS OMISSOS

17.0. TIPO DE LICITAÇÃO, PRÉ-QUALIFICAÇÃO E DOS CASOS OMISSOS

17.1. O procedimento licitatório destinado à contratação de empresa especializada para a **execução das obras de construção do Centro de Atendimento Educacional Especializado – CAEE**, no âmbito da rede municipal de ensino do Município de Frecheirinha/CE, será realizado na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, precedida de etapa de **PRÉ-QUALIFICAÇÃO**, adotando-se como critério de julgamento o **MENOR PREÇO GLOBAL**, compatível com o regime de execução indireta por **empreitada por preço global**, conforme definido no Estudo Técnico Preliminar, no Projeto Básico de Engenharia e neste Termo de Referência.

17.2. A escolha do tipo de licitação, da etapa de pré-qualificação e do critério de julgamento observa a natureza do objeto, que consiste em **obra de engenharia de edificação pública**, com escopo previamente definido, serviços padronizados, quantitativos estimados e metodologia construtiva conhecida, permitindo a **seleção prévia de empresas tecnicamente aptas** e a posterior comparação **objetiva, isonômica e transparente** das propostas apresentadas pelos licitantes.

17.3. O julgamento das propostas será realizado com base no **valor global ofertado** para a execução integral da obra, devendo as propostas atender integralmente às **especificações técnicas**, aos **quantitativos**, às **condições de execução** e aos **requisitos de habilitação definidos na fase de pré-qualificação**, conforme estabelecido no Projeto Básico de Engenharia, neste Termo de Referência, no edital e em seus anexos.

17.4. Os casos omissos ou as dúvidas surgidas durante o procedimento licitatório, inclusive na fase de pré-qualificação, ou na execução contratual, serão dirimidos pela Administração Pública Municipal, observando-se, obrigatoriamente:

I – as disposições da **Lei Federal nº 14.133/2021**;

II – o **Decreto Municipal nº 002/2024** e demais normativos municipais aplicáveis;

III – as cláusulas do edital, do contrato e de seus anexos; e

IV – os princípios que regem a Administração Pública, especialmente os da **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, isonomia, transparência e julgamento objetivo**.

17.5. Na hipótese de conflito ou divergência entre as disposições deste Termo de Referência, do edital e dos demais instrumentos que integram o processo licitatório, prevalecerá a interpretação que **melhor atenda ao interesse público, à finalidade da contratação e à adequada execução da obra**, sem prejuízo da observância da legislação vigente.



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP.

1. DA INTRODUÇÃO E DO OBJETO SUGERIDO NO DFD

NÚMERO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO: 2301.001/2026 - CE

ÁREA DEMANDANTE: Coordenadoria de Educação Especial.

1.1. O presente documento constitui a primeira etapa da fase de planejamento da contratação, em conformidade com o disposto no art. 18 e art. 40 da Lei nº 14.133/2021, e apresenta os estudos técnicos preliminares necessários para a contratação de solução que atenderá à necessidade especificada a seguir. O objetivo principal do estudo técnico preliminar é analisar, de forma detalhada, a necessidade a ser suprida, avaliar as alternativas disponíveis no mercado e identificar a solução mais eficiente, econômica e vantajosa para a Administração Pública.

1.2. O presente estudo visa subsidiar a tomada de decisão e demonstrar a viabilidade técnica, econômica e ambiental da contratação, considerando ainda os riscos envolvidos, os resultados esperados e os impactos decorrentes da contratação. Tais elementos são essenciais para a elaboração adequada do **TERMO DE REFERÊNCIA** e para a garantia da eficiência do processo licitatório.

1.3. DO OBJETO SUGERIDO NO DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA-DFD: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – CAEE, NO ÂMBITO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE FRECHEIRINHA/CE, CONFORME PROJETO BÁSICO DE ENGENHARIA E DEMAIS INSTRUMENTOS DA FASE DE PLANEJAMENTO.

2. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

2.1. As disposições legais que nortearão este documento serão detalhadas na fundamentação legal a seguir e orientarão a aplicação das seguintes premissas:

- a) Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - Normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- b) DECRETO MUNICIPAL Nº 002/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024, que regulamenta a Nova Lei de Licitações no âmbito Municipal;
- c) DECRETO MUNICIPAL Nº 67/2025, DE 10 DE ABRIL DE 2025, que DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES PREVISTAS NA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, AOS LICITANTES E CONTRATADOS PELAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS PRATICADAS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE FRECHEIRINHA;
- d) Lei Complementar 123/06, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e suas alterações;
- e) Lei 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;
- f) Lei nº 4.320/1964, quanto às normas de direito financeiro relacionadas à execução orçamentária e controle da despesa pública;
- g) Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), impondo limites, condicionantes e regras de responsabilidade na gestão fiscal;



- h) Normas técnicas da ABNT, do CONFEA/CREA e do CAU, aplicáveis às obras e serviços de engenharia, assegurando observância de padrões técnicos, de qualidade e de segurança;
- i) Lei nº 5.194/1966 – regulamenta o exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e agrônomo;
- j) Lei nº 12.378/2010 – regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo (CAU);
- k) Resoluções do CONFEA/CREA e do CAU – definem atribuições técnicas e exigem ART/RRT;
- l) Lei nº 8.078, de 1990 – Código de defesa do Consumidor;
- m) Demais legislação aplicável ao objeto.

3. DA(S) UNIDADE ADMINISTRATIVA(S) DEMANDANTE(S) E DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DESIGNADA:

3.1. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO;

3.2. A equipe de planejamento responsável pela presente contratação é composta pelos seguintes agentes públicos, designados conforme portaria anexada aos autos do processo: **Sr. Pedro Tiago Ximenes da Silva**, matrícula nº 61419; **Sr. Antônio Maicon Serafim da Silva**, matrícula nº 61519 e a engenheira Civil, Sra. **Maria Karoline dos Reis Melo Aguiar** inscrito no CREA/CE nº 353074CE (Integrante Técnico Responsável Pela Contratação).

4. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO (art.6º, INC. I do anexo II do decreto municipal Nº 002/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024)

A presente demanda decorre da necessidade de implantação de infraestrutura física específica e adequada para o atendimento educacional especializado, por meio da construção de um Centro de Atendimento Educacional Especializado – CAEE, no âmbito da rede municipal de ensino do Município de Frecheirinha/CE, com o objetivo de suprir lacuna estrutural atualmente existente na oferta de serviços educacionais especializados.

Verifica-se que o Município não dispõe, até o momento, de edificação própria e tecnicamente adequada para a realização do atendimento educacional especializado destinado a estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento, altas habilidades e/ou superdotação, conforme previsto na legislação educacional vigente. A inexistência de espaços apropriados compromete a realização de atendimentos individualizados, avaliações pedagógicas, ações de apoio às unidades escolares e às famílias, bem como a organização e a continuidade dos serviços especializados.

A ausência de estrutura física adequada tem exigido a utilização de espaços improvisados ou a dispersão dos atendimentos em diferentes unidades escolares, o que dificulta a atuação integrada das equipes multiprofissionais, limita a efetividade das intervenções pedagógicas e compromete a qualidade do atendimento ofertado. Tal situação evidencia a necessidade de uma solução definitiva, planejada e compatível com as exigências técnicas, pedagógicas e normativas aplicáveis à educação inclusiva.

Nesse contexto, a construção do Centro de Atendimento Educacional Especializado – CAEE mostra-se **necessária e adequada sob a perspectiva do interesse público**, por possibilitar a centralização e a organização dos serviços especializados, a disponibilização de ambientes acessíveis, seguros e funcionais e a melhoria das condições de atendimento aos alunos que demandam suporte educacional específico. A intervenção contribuirá, ainda, para a redução de barreiras físicas, pedagógicas e comunicacionais, fortalecendo a permanência e o desempenho dos estudantes na rede regular de ensino.

Ressalta-se que o Município de Frecheirinha/CE não dispõe de estrutura operacional, equipamentos especializados nem equipe técnica suficiente para executar diretamente obra dessa natureza e



complexidade, tornando indispensável a **contratação de empresa especializada em engenharia**, nos termos da legislação vigente, a fim de garantir a adequada execução do empreendimento, com observância aos padrões técnicos, de qualidade, segurança e acessibilidade.

Dessa forma, a contratação pretendida revela-se imprescindível para atender ao dever constitucional do Município de assegurar o direito à educação inclusiva, promover a equidade no acesso aos serviços educacionais e melhorar a qualidade do ensino ofertado, solucionando deficiência estrutural existente e atendendo ao interesse público de forma eficiente, contínua e sustentável.

5. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO (Art.6º, Inc. II do Anexo II do Decreto Municipal Nº 002/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024).

5.1. A definição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução para a contratação de empresa especializada em engenharia para a execução das obras de construção de um Centro de Atendimento Educacional Especializado – CAEE, no âmbito da rede municipal de ensino do Município de Frecheirinha/CE, foi estabelecida com base em critérios técnicos, legais, normativos e de vantajosidade econômica, considerando as características arquitetônicas, estruturais, funcionais e operacionais da edificação a ser implantada, bem como as diretrizes constantes do Projeto Básico de Engenharia.

Nesse contexto, destacam-se os seguintes requisitos:

a) Execução conforme planejamento técnico previamente definido:

Execução da obra em conformidade com o planejamento técnico previamente definido no Projeto Básico de Engenharia, observando-se os projetos, especificações técnicas, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro aprovados, mediante mobilização adequada de frentes de serviço e atendimento às ordens de início emitidas pela Administração, de forma a possibilitar o efetivo controle da execução, o acompanhamento físico-financeiro e a compatibilidade com o planejamento orçamentário municipal.

b) Base referencial de preços e metodologia orçamentária:

Utilização de base referencial oficial de preços para obras públicas, adotando-se a Tabela de Composições de Custos da SEINFRA/CE – versão 28.1, acrescida do BDI de 26,75% (vinte e seis vírgula setenta e cinco por cento), conforme demonstrado nos orçamentos e memoriais de cálculo que integram o Projeto Básico, assegurando padronização técnica, previsibilidade financeira, transparência e rastreabilidade dos custos da contratação.

c) Critérios objetivos de julgamento das propostas:

Adoção de critérios objetivos de julgamento das propostas, com base nos quantitativos e valores unitários definidos na planilha orçamentária de referência, permitindo a aplicação do critério de julgamento previamente estabelecido no instrumento convocatório, de modo a assegurar economicidade, competitividade, isonomia entre os licitantes e julgamento objetivo, em conformidade com o art. 33 da Lei nº 14.133/2021.

d) Abrangência dos serviços a serem executados:

A contratação deverá abranger a execução integral dos serviços previstos no Projeto Básico de Engenharia do Centro de Atendimento Educacional Especializado – CAEE, incluindo, entre outros, os seguintes:

- serviços preliminares e demolições necessárias à implantação da edificação;



- execução de fundações e superestrutura em concreto armado;
- execução de paredes, painéis, divisórias e lajes;
- execução de cobertura, revestimentos e pisos;
- fornecimento e instalação de esquadrias;
- execução das instalações elétricas prediais, incluindo subestação elétrica e Quadro Geral de Baixa Tensão – QGBT;
- execução das instalações hidrossanitárias e de drenagem;
- serviços de pintura e limpeza final da obra;
- administração, gerenciamento e apoio técnico à execução da obra.

A abrangência dos serviços evidencia a necessidade de contratação de empresa especializada em obras de edificações públicas, com experiência comprovada, estrutura operacional compatível e equipe técnica qualificada, capaz de executar o objeto com observância aos padrões técnicos, de qualidade e segurança exigidos.

e) Capacidade técnico-operacional da empresa:

Comprovação de que o licitante, na condição de pessoa jurídica, detém **CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL**, demonstrada pela execução anterior de obra(s) ou serviço(s) de engenharia de características semelhantes ao objeto da licitação, considerando-se as parcelas de maior relevância e valor significativo, bem como os quantitativos mínimos definidos neste instrumento, nos termos do art. 67, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, conforme especificado a seguir:

ITEM DO ORÇAMENTO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT. NO ORÇAMENTO	QUANT. MÍNIMA EXIGIDA	% CORRESPONDENTE AO PB/ORÇAMENTO
9.5	C4419	LAJE PRÉ-FABRICADA P/ FÔRRO - VÃO DE 3,01 A 4 m	M2	552,45	276	49,95%
10.2	C3028	REBOCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA PENEIRADA, TRAÇO 1:3	M2	1549,93	774	49,93%
15.1	C1807	MURO CONTORNO DE ALVENARIA E CONCRETO (PILAR+CINTA) REBOCADO, COM PINTURA	M2	210	105	50%

e.1) A comprovação da capacidade técnico-operacional será realizada por meio da apresentação de no mínimo 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica, emitido em nome da licitante, por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de obra(s) ou serviço(s) de engenharia compatíveis em características, complexidade e porte com o objeto da presente licitação.

e.2) Será aceito o **somatório de atestados para demonstração da capacidade técnico-operacional da LICITANTE**, desde que estes, no conjunto, comprovem **a execução dos serviços especificados no**



subitem anterior (e), **em quantidade mínima de 50% dos quantitativos do objeto** deste edital ou, se for o caso, da quantidade especificada para o serviço na planilha orçamentária de referência.

e.3) Para fins de qualificação técnico-operacional, somente serão consideradas como parcelas ou itens de maior relevância e valor significativo aquelas cujo valor individual corresponda a, no mínimo, 4% (quatro por cento) do valor total estimado do orçamento da contratação, em observância à Lei nº 14.133/2021, vedada a eleição de parcelas de relevância com valor inferior a esse limite.

O documento apresentado deverá conter, no mínimo:
descrição detalhada dos serviços executados;

- descrição detalhada dos serviços executados;
- período de execução;
- identificação do emitente (órgão, entidade ou empresa contratante); e
- preferencialmente, manifestação quanto à satisfação dos serviços executados.

Justificativa da exigência técnico-operacional:

A exigência de comprovação da capacidade técnico-operacional por meio de Atestado de Capacidade Técnica encontra amparo no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração Pública a requerer documentação apta a demonstrar a experiência prévia da licitante na execução de objeto compatível em características, quantidades e prazos.

O referido dispositivo legal também respalda a possibilidade de exigência de comprovação da execução de parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, como instrumento de gestão de riscos e de prevenção de inexecuções contratuais, assegurando a adequada aplicação dos recursos públicos e a entrega do empreendimento com qualidade, durabilidade e segurança.

No presente caso, considerando as características arquitetônicas, estruturais e funcionais do Centro de Atendimento Educacional Especializado – CAEE, bem como as diretrizes constantes do Projeto Básico de Engenharia, foram definidas como parcelas de maior relevância técnica aquelas diretamente relacionadas à estrutura, vedação, acabamento e fechamento da edificação, por constituírem elementos essenciais para a estabilidade, funcionalidade, segurança e durabilidade do equipamento público, notadamente:

- execução de **laje pré-fabricada para forro**, elemento estrutural fundamental para a cobertura e compartimentação dos ambientes;
- execução de **revestimento em reboco**, indispensável ao acabamento, proteção das alvenarias e desempenho funcional da edificação;
- execução de **muro de contorno em alvenaria e concreto**, necessário à delimitação, segurança e proteção do equipamento público.

Tais etapas demandam execução especializada, com domínio técnico de materiais, equipamentos e métodos construtivos próprios de obras de edificações públicas, especialmente aquelas destinadas ao uso educacional, razão pela qual se mostra imprescindível a comprovação de experiência prévia da licitante em serviços de natureza similar.

A exigência encontra respaldo na jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União (TCU), que admite o somatório de atestados idôneos desde que cada documento demonstre a execução de serviços compatíveis, preservando a competitividade e a isonomia do certame (Acórdãos TCU nº 1.214/2013 – Plenário; nº 2.864/2015 – Plenário).

Dessa forma, a presente exigência revela-se necessária, adequada e proporcional, assegurando o equilíbrio entre a seleção de empresas tecnicamente capacitadas e a ampla competitividade do procedimento licitatório, em consonância com os princípios do planejamento, eficiência, proporcionalidade e segurança jurídica, previstos nos arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021.

f) Capacidade técnico-profissional:



Comprovação de **CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL**, através da prova da Licitante possuir como responsável técnico, na data prevista para a licitação, profissional de nível superior, sendo **Engenheiro Civil ou Arquiteto e Engenheiro Eletricista**, legalmente habilitado(s) e reconhecido(s) pelo **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA** ou pelo **Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU**, conforme o caso, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica devidamente registrado(s) no CREA ou CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) por este(s) Conselho(s), que comprove(m) ter o(s) profissional(is) executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal ou, ainda, para empresa privada - que não a própria licitante (CNPJ diferente) - serviço(s) relativo(s) ao objeto ora Licitado, com características semelhantes ao objeto deste Edital, cuja **as parcelas de maior relevância e valor significativo da obra/serviços** como sendo as correspondentes aos itens:

ITEM DO ORÇAMENTO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS
9.5	C4419	LAJE PRÉ-FABRICADA P/ FÔRRO - VÃO DE 3,01 A 4 m
10.2	C3028	REBOCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA PENEIRADA, TRAÇO 1:3
15.1	C1807	MURO CONTORNO DE ALVENARIA E CONCRETO (PILAR+CINTA) REBOCADO, COM PINTURA

A licitante deverá comprovar sua capacidade técnico-profissional mediante a indicação de profissional(is) de nível superior — **Engenheiro Civil ou Arquiteto e Engenheiro Eletricista** — devidamente registrado(s) e em situação regular junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), conforme a natureza e a especialidade dos serviços a serem executados.

O(s) profissional(is) indicado(s) deverá(ão) possuir vínculo formal com a empresa licitante e atuar como responsável(is) técnico(s) pela execução, acompanhamento e controle das obras de construção do CAEE.

O(s) profissional(is) indicado(s) deverá(ão) apresentar Atestado(s) de Responsabilidade Técnica, devidamente registrado(s) no CREA ou no CAU da jurisdição competente, acompanhado(s) da respectiva **Certidão de Acervo Técnico (CAT)** ou **Registro de Responsabilidade Técnica (RRT)**, conforme o caso. A CAT ou o RRT deverá(ão) comprovar a execução de serviços compatíveis com o objeto desta licitação, realizados para órgãos ou entidades da Administração Pública direta ou indireta, de qualquer esfera federativa, ou ainda para empresa privada (CNPJ distinto da licitante).

Será admitida a apresentação de mais de um atestado, desde que cada documento seja idôneo, refira-se a serviços de natureza semelhante e tecnicamente compatível com o objeto da licitação e, em conjunto, demonstre a experiência do(s) profissional(is) responsável(is) nas parcelas de maior relevância acima descritas.

Justificativa da exigência técnico-profissional:

A exigência de comprovação da capacidade técnico-profissional encontra respaldo no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração Pública a requerer, na fase de habilitação, a indicação de profissional de nível superior devidamente registrado junto ao CREA ou ao CAU, detentor de CAT ou RRT compatível com o objeto da contratação.

Tal requisito visa garantir que a contratada disponha de profissional habilitado e experiente nas áreas de engenharia civil, arquitetura e, quando aplicável, engenharia elétrica, assegurando a correta execução das obras de construção do Centro de Atendimento Educacional Especializado – CAEE, a observância das normas técnicas aplicáveis (ABNT, Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e diretrizes da SEINFRA/CE), a qualidade dos resultados e a mitigação de riscos de falhas construtivas que possam comprometer a segurança estrutural, funcional e a durabilidade da edificação pública.



As parcelas de maior relevância técnica foram definidas considerando as atividades que concentram maior complexidade construtiva e impacto estrutural e funcional no empreendimento, notadamente:

- a execução de lajes pré-fabricadas, essenciais para a estabilidade estrutural, desempenho e segurança da edificação;
- a execução de revestimentos em reboco, fundamentais para proteção das superfícies, durabilidade dos elementos construtivos e qualidade do acabamento;
- a execução de muro de contorno em alvenaria e concreto, elemento relevante para a segurança patrimonial, delimitação física e funcionalidade do equipamento público.

Tais etapas demandam domínio técnico específico, adequado conhecimento de métodos construtivos, materiais e controles executivos próprios de obras de edificações públicas, razão pela qual é imprescindível a comprovação de experiência profissional prévia compatível com essas parcelas.

A exigência de CAT ou RRT compatível assegura que o(s) profissional(is) responsável(is) possua(m) experiência devidamente registrada em conselho profissional competente, reforçando a segurança jurídica, a responsabilidade técnica e a rastreabilidade do acervo profissional, em consonância com as boas práticas recomendadas pelos órgãos de controle e pelos manuais técnicos aplicáveis às obras públicas.

Trata-se, portanto, de medida necessária, adequada e não restritiva, que equilibra a competitividade do certame com o rigor técnico mínimo indispensável à adequada execução contratual, em consonância com os princípios do planejamento, eficiência, proporcionalidade e segurança jurídica, previstos nos arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021.

g) Observância de normas técnicas e de segurança:

A execução da obra deverá observar, obrigatoriamente, as normas técnicas da ABNT, as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, as orientações técnicas da SEINFRA/CE, bem como demais legislações aplicáveis às obras públicas, garantindo a segurança dos trabalhadores, dos usuários do CAEE e a preservação do patrimônio público.

h) Inaplicabilidade do Sistema de Registro de Preços (SRP):

Não se aplica o Sistema de Registro de Preços à presente contratação, uma vez que se trata de obra pública de engenharia com escopo definido, início, meio e fim determinados, conforme Projeto Básico, cronograma físico-financeiro e medições efetivamente executadas, não caracterizando demanda continuada ou de fornecimento parcelado.

i) Capacidade logística e operacional:

A contratada deverá comprovar possuir capacidade logística e operacional compatível com a execução da obra, incluindo estrutura física adequada, equipe técnica e operacional suficiente, máquinas, equipamentos e meios de transporte necessários, assegurando o cumprimento dos prazos, a qualidade da execução e o atendimento integral às determinações da fiscalização.

j) A licitante deverá apresentar prova de inscrição ou registro da empresa e de seu(s) responsável(is) técnico(s) junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), conforme a natureza e a especialidade dos serviços a serem executados, devidamente atualizada e válida na data de apresentação da documentação, comprovando estar apta ao desempenho das atividades técnicas relacionadas ao objeto desta licitação, nos termos da Lei nº 5.194/1966, da Lei nº 12.378/2010 e do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.



I) A licitante deverá apresentar **Declaração de Responsabilidade Técnica**, contendo a identificação completa do(s) profissional(is) indicado(s) como responsável(is) técnico(s) pela execução da obra do **Centro de Atendimento Educacional Especializado – CAEE**, informando, no mínimo:

- nome completo;
- CPF;
- número de registro no respectivo Conselho Profissional (CREA ou CAU);
- especialidade ou área de atuação; e
- função técnica a ser desempenhada no âmbito contratual.

A referida declaração deverá ser assinada por todos os profissionais indicados, atestando sua anuência, ciência e disponibilidade para atuar de forma **exclusiva e dedicada** na execução do objeto, caso a licitante seja vencedora, bem como pelo representante legal da empresa, que se responsabilizará pela veracidade das informações prestadas e pelo cumprimento das obrigações contratuais assumidas.

As assinaturas deverão ser apostas de forma **manual ou eletrônica**, admitindo-se assinatura digital com certificação no padrão **ICP-Brasil**, sendo aceitos apenas documentos originais ou cópias devidamente autenticadas, quando aplicável.

A exigência da Declaração de Responsabilidade Técnica fundamenta-se no **art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021**, visando assegurar o **vínculo efetivo, a disponibilidade e a responsabilidade técnica** do(s) profissional(is) indicado(s), especialmente para a execução das **parcelas de maior relevância técnica** previstas no Projeto Básico de Engenharia.

Trata-se de medida **necessária, adequada e proporcional**, destinada a garantir a capacitação técnica da licitante, a segurança e a qualidade da execução contratual, bem como a observância dos princípios da **legalidade, eficiência, planejamento, julgamento objetivo e isonomia**, previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

5.2. ENQUADRAMENTO DO OBJETO - CLASSIFICAÇÃO COMO OBRA OU SERVIÇO DE ENGENHARIA:

5.2. O objeto da presente licitação enquadra-se como uma **Obra de Engenharia**, conforme os preceitos legais e normativos aplicáveis.

5.2.1. Nos termos das diretrizes técnicas da Orientação Técnica n. 02/2009 do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas - IBRAOP e da legislação vigente, considera-se obra de engenharia toda intervenção que envolva a **construção, reforma, ampliação, recuperação ou fabricação de um bem**, demandando conhecimentos técnicos especializados e a atuação de profissionais devidamente habilitados, nos termos da Lei Federal n. 5.194/66.

5.2.2. Os serviços objeto desta contratação se caracterizam como **obra de engenharia**, conforme definição do art. 6º, inciso XII, da Lei Federal nº 14.133/2021, pois, embora exijam conhecimento técnico especializado e a atuação de profissionais legalmente habilitados — como engenheiros civis, arquitetos e engenheiros eletricitistas —, seus padrões de desempenho e qualidade encontram-se descritos de forma objetiva no **PROJETO BÁSICO DE ENGENHARIA**, com base em normas técnicas amplamente reconhecidas, tais como as Tabelas de Composições de Custos da SEINFRA/CE, as Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho, as normas da ABNT e demais referências técnicas aplicáveis às obras de edificações públicas.

5.2.3. Diante do escopo e da natureza das intervenções planejadas, verifica-se que a complexidade dos serviços e a necessidade de conhecimentos técnicos especializados caracterizam inequivocamente o objeto como uma Obra de Engenharia. Consequentemente, **não se aplica a classificação como serviço comum ou especial de engenharia**, visto que a execução das



atividades requer soluções técnicas específicas e a participação de profissionais devidamente qualificados.

5.2.4. Diante a classificação como obra de Engenharia, afasta-se a aplicabilidade de licitação na modalidade Pregão, como definido no art. 6º, XII e art.29, parágrafo único, ambos da Lei n. 14.133/21:

Art. 6º Para os fins desta Lei, considera-se:

[...]

XII - obra: toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel;

[...]

Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Parágrafo único. O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia de que trata a alínea “a” do inciso XXI do caput do art. 6º desta Lei.

5.2.5. Trata-se de obra de engenharia com escopo definido, medições previamente parametrizadas e soluções técnicas padronizadas, previstas em composições públicas de custos, tais como serviços preliminares e demolições, execução de fundações e superestrutura em concreto armado, execução de alvenarias e lajes, execução de revestimentos cerâmicos de pisos e paredes, execução de coberturas, esquadrias e acabamentos, execução de instalações hidrossanitárias, execução de instalações elétricas prediais, inclusive subestação aérea de 150 kVA, pintura, limpeza final e administração da obra. Ainda que a execução requeira experiência comprovada e qualificação profissional específica — como a apresentação de atestados de capacidade técnica operacional e técnico-profissional, nos termos do §1º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021 —, a comparação objetiva das propostas é plenamente viável, em razão da uniformização dos critérios de medição, pagamento e fiscalização estabelecidos no Projeto Básico de Engenharia.

5.2.6. Dessa forma, a definição do objeto como obra de engenharia não reduz sua complexidade técnica, mas reconhece que se trata de contratação passível de julgamento objetivo, assegurando a observância aos princípios da eficiência, economicidade, isonomia, legalidade, planejamento e julgamento objetivo que regem a Administração Pública, nos termos dos arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021.

5.2.7. MODALIDADE DE LICITAÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

5.2.7.1. A contratação em tela tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE**



ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – CAEE, NO ÂMBITO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE FRECHEIRINHA/CE, CONFORME PROJETO BÁSICO DE ENGENHARIA E DEMAIS INSTRUMENTOS DA FASE DE PLANEJAMENTO.

5.2.7.2. Em razão da natureza e da relevância do objeto, impõe-se a adoção de modalidade licitatória que assegure a ampla participação de interessados e permita à Administração selecionar a proposta mais vantajosa, conforme os princípios da isonomia, da eficiência e da seleção da proposta mais vantajosa, previstos na Lei n. 14.133/2021.

5.2.7.3. Diante desse cenário, adota-se a **modalidade CONCORRÊNCIA**, nos termos do art. 28, inciso II, da referida Lei, a qual se revela a mais adequada para contratações de maior vulto e complexidade, especialmente quando fundadas em projetos executivos completos. Ressalta-se que essa escolha está alinhada ao interesse público, uma vez que favorece a obtenção de propostas técnica e economicamente mais vantajosas, ao mesmo tempo em que preserva a competitividade e a segurança jurídica do procedimento licitatório.

5.2.7.4. Trata-se de execução indireta justificada pela ausência de recursos materiais e humanos nesta Administração para realizá-lo diretamente, sendo imprescindível a contratação de empresa especializada.

5.2.7.5. Para a execução indireta do objeto, será adotado o seguinte regime, de acordo com a justificativa abaixo:

	EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO
X	EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL
	EMPREITADA INTEGRAL
	CONTRATAÇÃO POR TAREFA
	CONTRATAÇÃO INTEGRADA
	CONTRATAÇÃO SEMI-INTEGRADA
	FORNECIMENTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ASSOCIADO

5.2.7.6. Considerando que a demanda refere-se à contratação de empresa especializada em engenharia para a execução de obras de construção de um Centro de Atendimento Educacional Especializado – CAEE, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Frecheirinha/CE, adota-se o **regime de execução por empreitada por preço global**, por se mostrar o mais adequado às características do objeto.

5.2.7.7. O referido regime é recomendado quando há elevado nível de precisão nas especificações técnicas, nos projetos e nos quantitativos definidos, situação verificada no presente caso, uma vez que o Projeto Básico de Engenharia e os demais instrumentos da fase de planejamento fornecem aos licitantes todos os elementos necessários ao pleno e completo conhecimento do objeto, possibilitando a elaboração de propostas consistentes, seguras e fidedignas.

5.2.7.8. A adoção da empreitada por preço global justifica-se, ainda, pelo fato de ser tecnicamente viável definir previamente, com alto grau de precisão, as quantidades dos serviços e insumos



a serem executados durante a fase contratual, reduzindo riscos de alterações significativas e de distorções econômicas ao longo da execução da obra.

5.2.7.9. Nesse regime de execução, a **medição e o pagamento** deverão observar o **cronograma físico-financeiro**, estando vinculados à **execução das etapas e ao atingimento das metas de resultado previstas**, sendo **vedada a adoção de sistemática de remuneração baseada em preços unitários ou em quantidades unitárias efetivamente executadas**, em consonância com a natureza da empreitada por preço global.

5.3. Para a prestação dos serviços pretendidos, os licitantes deverão apresentar documentação comprobatória que atenda às exigências de qualificação técnica e operacional, conforme o art. 62 da Lei nº 14.133/2021, nos seguintes termos:

5.3.1. COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL

5.3.1.1. A licitante deverá apresentar prova de inscrição ou registro da empresa e de seu(s) responsável(is) técnico(s) junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), conforme a natureza e a especialidade dos serviços a serem executados, devidamente atualizada e válida na data de apresentação da documentação, comprovando estar apta ao desempenho das atividades técnicas relacionadas ao objeto desta licitação, nos termos da Lei nº 5.194/1966, da Lei nº 12.378/2010 e do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

a) Caso a empresa ou o(s) responsável(is) técnico(s) não possuam registro na jurisdição do Estado do Ceará, deverão providenciar, por ocasião da assinatura do contrato, o respectivo visto ou registro complementar, conforme as normas e resoluções do conselho profissional competente.

5.3.1.2. Comprovação de que o licitante, na condição de pessoa jurídica, detém **CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL**, demonstrada pela execução anterior de obra(s) ou serviço(s) de engenharia de características semelhantes ao objeto da licitação, considerando-se as parcelas de maior relevância e valor significativo, bem como os quantitativos mínimos definidos neste instrumento, nos termos do art. 67, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, conforme especificado a seguir:

ITEM DO ORÇAMENTO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT. NO ORÇAMENTO	QUANT. MÍNIMA EXIGIDA	% CORRESPONDENTE AO PB/ORÇAMENTO
9.5	C4419	LAJE PRÉ-FABRICADA P/ FÔRRO - VÃO DE 3,01 A 4 m	M2	552,45	276	49,95%
10.2	C3028	REBOCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA PENEIRADA, TRAÇO 1:3	M2	1549,93	774	49,93%
15.1	C1807	MURO CONTORNO DE ALVENARIA E CONCRETO (PILAR+CINTA) REBOCADO, COM PINTURA	M2	210	105	50%

a.1) A comprovação da capacidade técnico-operacional será realizada por meio da apresentação de no mínimo 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica, emitido em nome da licitante, por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de obra(s) ou serviço(s) de engenharia compatíveis em características, complexidade e porte com o objeto da presente licitação.

a.2) Será aceito o **somatório de atestados para demonstração da capacidade técnico-operacional da LICITANTE**, desde que estes, no conjunto, comprovem a **execução dos serviços especificados** no subitem anterior (5.3.1.2.), **em quantidade mínima de 50% dos quantitativos do objeto** deste edital ou, se for o caso, da quantidade especificada para o serviço na planilha orçamentária de referência.



a.3) Para fins de qualificação técnico-operacional, somente serão consideradas como parcelas ou itens de maior relevância e valor significativo aquelas cujo valor individual corresponda a, no mínimo, 4% (quatro por cento) do valor total estimado do orçamento da contratação, em observância à Lei nº 14.133/2021, vedada a eleição de parcelas de relevância com valor inferior a esse limite.

a.4) Não serão aceitos atestados referentes exclusivamente a serviços de fiscalização, supervisão, gerenciamento, assessoria técnica ou elaboração de projetos, devendo os documentos comprovarem a execução direta dos serviços.

5.3.1.2.1. O documento deverá conter, no mínimo:

- descrição detalhada dos serviços executados;
- período de execução;
- identificação do contratante; e
- manifestação quanto à satisfação dos serviços, quando possível.

5.3.2. COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA PROFISSIONAL

5.3.2.1. Comprovação de **CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL**, através da prova da Licitante possuir como responsável técnico, na data prevista para a licitação, profissional de nível superior, sendo **Engenheiro Civil ou Arquiteto e Engenheiro Eletricista**, legalmente habilitado(s) e reconhecido(s) pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, conforme o caso, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica devidamente registrado(s) no CREA ou CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) por este(s) Conselho(s), que comprove(m) ter o(s) profissional(is) executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal ou, ainda, para empresa privada - que não a própria licitante (CNPJ diferente) - serviço(s) relativo(s) ao objeto ora Licitado, com características semelhantes ao objeto deste Edital, cuja **as parcelas de maior relevância e valor significativo da obra/serviços** como sendo as correspondentes aos itens:

ITEM DO ORÇAMENTO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS
9.5	C4419	LAJE PRÉ-FABRICADA P/ FÔRRO - VÃO DE 3,01 A 4 m
10.2	C3028	REBOCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA PENEIRADA, TRAÇO 1:3
15.1	C1807	MURO CONTORNO DE ALVENARIA E CONCRETO (PILAR+CINTA) REBOCADO, COM PINTURA

5.3.2.1.2. O(s) profissional(is) indicado(s) deverá(ão) figurar como responsável(is) técnico(s) pela execução, acompanhamento e controle da obra, assegurando o atendimento às normas técnicas, às exigências de segurança do trabalho, acessibilidade, desempenho e sustentabilidade aplicáveis às edificações públicas destinadas ao atendimento educacional especializado.

5.3.2.1.3. A comprovação do vínculo com o quadro permanente da empresa deverá ser feita mediante apresentação de documentação hábil, conforme a situação do profissional: Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); cópia do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio; cópia do contrato de trabalho ou, ainda, declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do referido profissional. (Acórdão nº 1450/2022 – TCU – Plenário | Relator: Ministro Vital do Rêgo).

5.3.2.2. O(s) profissional(is) indicado(s) deverá(ão) apresentar Atestado(s) de Responsabilidade Técnica (ART ou RRT), devidamente registrado(s) no CREA ou no CAU da jurisdição competente, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico (CAT) ou Registros de Responsabilidade Técnica (RRT), emitidos pelo conselho profissional correspondente.



5.3.3. A licitante deverá apresentar **Declaração de Responsabilidade Técnica**, contendo a identificação completa do(s) profissional(is) indicado(s) como responsável(is) técnico(s) pela execução da obra do **Centro de Atendimento Educacional Especializado – CAEE**, informando, no mínimo:

- nome completo;
- CPF;
- número de registro no respectivo Conselho Profissional (CREA ou CAU);
- especialidade ou área de atuação; e
- função técnica a ser desempenhada no âmbito contratual.

5.3.3.1. A referida declaração deverá ser assinada por todos os profissionais indicados, atestando sua anuência, ciência e disponibilidade para atuar de forma **exclusiva e dedicada** na execução do objeto, caso a licitante seja vencedora, bem como pelo representante legal da empresa, que se responsabilizará pela veracidade das informações prestadas e pelo cumprimento das obrigações contratuais assumidas.

5.3.3.1. As assinaturas deverão ser apostas de forma **manual ou eletrônica**, admitindo-se assinatura digital com certificação no padrão **ICP-Brasil**, sendo aceitos apenas documentos originais ou cópias devidamente autenticadas, quando aplicável.

A exigência da Declaração de Responsabilidade Técnica fundamenta-se no **art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021**, visando assegurar o **vínculo efetivo, a disponibilidade e a responsabilidade técnica** do(s) profissional(is) indicado(s), especialmente para a execução das **parcelas de maior relevância técnica** previstas no Projeto Básico de Engenharia.

Trata-se de medida **necessária, adequada e proporcional**, destinada a garantir a capacitação técnica da licitante, a segurança e a qualidade da execução contratual, bem como a observância dos princípios da **legalidade, eficiência, planejamento, julgamento objetivo e isonomia**, previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

5.4. OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

Observação nº 01: Os documentos apresentados deverão conter marcações visuais (grifo, sublinhado ou destaque) nos trechos que comprovem o atendimento aos requisitos de qualificação, tais como: descrição dos serviços, período de execução, contratante e vínculo com o profissional indicado, assegurando clareza, objetividade e celeridade na análise, conforme os princípios da legalidade, eficiência e julgamento objetivo.

Observação nº 02: É vedada a participação do mesmo profissional como responsável técnico vinculado a mais de uma licitante no certame, sob pena de inabilitação das empresas envolvidas, em observância aos princípios da isonomia, da segurança jurídica e da vinculação ao instrumento convocatório (arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021).

5.5. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. A prestação dos serviços contratados ocorrerá mediante solicitação da Secretaria requisitante, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da emissão/notificação da Ordem de Serviço, em locais a serem previamente definidos e informados pela Administração;

5.6. EXECUÇÃO: Prazo para recebimento dos serviços, bem como critérios de pagamento serão detalhados no Termo de Referência.

5.7. DA NATUREZA DO OBJETO, DO TIPO DE OBRAS OU SERVIÇOS E DO PRAZO DE PUBLICAÇÃO



5.7.1 Os requisitos da presente contratação foram definidos a partir das características específicas do objeto, o qual será executado sob a forma de **CONTRATO POR ESCOPO**, com objeto certo, determinado e previamente delimitado, destinado à obtenção de resultados específicos e mensuráveis. A execução contratual encontra-se vinculada ao cumprimento integral do escopo estabelecido e à entrega dos produtos previsto.

5.7.2. A contratação possui natureza **pontual e finalística**, com início e término claramente definidos, extinguindo-se com a plena execução do objeto e o atingimento dos resultados contratados. Eventual extensão do prazo de execução ou da vigência contratual, inclusive com possibilidade de abranger mais de um exercício financeiro, decorre exclusivamente das características técnicas do objeto e da necessidade de adequada execução do escopo definido, não alterando a natureza da contratação. Permanecem assegurados, em qualquer hipótese, os princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade e da boa gestão dos recursos públicos.

5.8. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE E GOVERNANÇA:

5.8.1. Sustentabilidade ambiental:

A execução da obra de construção do Centro de Atendimento Educacional Especializado – CAEE deverá observar medidas destinadas à redução de impactos ambientais e à promoção do uso racional dos recursos naturais, tais como:

- a) manejo, segregação e destinação ambientalmente adequada dos resíduos provenientes de demolições, terraplenagem, concretagens, revestimentos e limpeza final da obra, em conformidade com a Resolução CONAMA nº 307/2002 e demais normas ambientais aplicáveis;
- b) mitigação da emissão de poeira, ruídos e partículas durante a execução dos serviços, especialmente em razão da localização urbana do empreendimento e da proximidade com áreas de circulação de pessoas;
- c) adoção de práticas que evitem o carreamento de sedimentos, resíduos sólidos ou efluentes para o sistema de drenagem urbana e para áreas adjacentes ao local da obra;
- d) priorização, sempre que tecnicamente viável e compatível com o Projeto Básico, do uso de insumos de menor impacto ambiental, materiais com maior durabilidade e soluções construtivas que promovam eficiência energética, racionalização do consumo de água e redução de desperdícios.

5.8.2. Sustentabilidade social:

Durante a execução da obra deverão ser observadas condições adequadas de trabalho, saúde e segurança para todos os colaboradores envolvidos, contemplando, no mínimo:

- a) cumprimento integral das Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho, aplicáveis às atividades de construção civil;
- b) fornecimento, uso e fiscalização da utilização de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs e Equipamentos de Proteção Coletiva – EPCs adequados às atividades executadas;
- c) estímulo, sempre que possível, à contratação de mão de obra local, contribuindo para a geração de emprego, renda, inclusão social e fortalecimento da economia do Município de Frecheirinha/CE.

5.8.3. Sustentabilidade Econômica e Eficiência



A obra deverá ser executada de forma a assegurar a economicidade, eficiência e racionalidade na aplicação dos recursos públicos, evitando desperdícios, retrabalho ou má utilização de materiais, mediante:

- a) planejamento adequado das frentes de serviço e do cronograma físico-financeiro, compatível com o Projeto Básico de Engenharia;
- b) execução ordenada, controlada e tecnicamente supervisionada por profissionais legalmente habilitados;
- c) observância estrita dos quantitativos, especificações técnicas, métodos executivos e padrões de qualidade definidos nos documentos da fase de planejamento.

5.8.4. Governança Pública e Integridade

Os princípios da governança pública, transparência e integridade deverão nortear toda a execução contratual, observando-se, especialmente:

- a) acompanhamento e fiscalização contínuos da obra por profissional habilitado designado formalmente pela Administração;
- b) registro sistemático das etapas da execução, por meio de medições formais, relatórios técnicos, registros fotográficos e demais documentos comprobatórios;
- c) observância dos princípios da legalidade, publicidade, eficiência, isonomia, planejamento e responsabilidade na aplicação dos recursos públicos;
- d) adoção de rotinas, procedimentos e controles que assegurem a rastreabilidade dos atos, o controle técnico, a conformidade contratual e a integridade do processo de execução da obra.

5.8.5. Conformidade Normativa

A contratada deverá observar integralmente as normas técnicas aplicáveis às obras de edificações públicas, incluindo as normas da ABNT, as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, as diretrizes técnicas da SEINFRA/CE, bem como a legislação ambiental, trabalhista, urbanística e de segurança vigente, assegurando que a execução da obra do Centro de Atendimento Educacional Especializado – CAEE atenda aos padrões exigidos pela engenharia pública e aos critérios de sustentabilidade definidos pela Administração.

5.9. Este estudo foi elaborado com base no objeto informado pela **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO** em seu **Documentos de Formalização de Demanda (DFD)**, tendo como objeto sugerido a seguinte contratação: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – CAEE, NO ÂMBITO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE FRECHEIRINHA/CE**, conforme **Projeto Básico de Engenharia** e demais instrumentos da fase de planejamento, com base em **planilha orçamentária de referência da SEINFRA/CE**, acrescida do **BDI** definido nos documentos técnicos, visando atender às necessidades da Secretaria demandante. Essa contratação tem como objetivo **melhorar as condições de trafegabilidade, segurança e acessibilidade urbana**, assegurar a adequada drenagem superficial, reduzir custos de manutenção viária e promover a valorização do espaço público, garantindo o **cumprimento das exigências legais**, o **aprimoramento dos processos de contratação pública** e a **promoção da eficiência, economicidade e transparência** na gestão municipal, em conformidade com a **Lei nº 14.133/2021** e o **Decreto Municipal nº 002/2024**.



5.10. Isso posto, a melhor estratégia para atender à demanda consiste na **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – CAEE, NO ÂMBITO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE FRECHEIRINHA/CE**, conforme Projeto Básico de Engenharia e demais instrumentos da fase de planejamento, tratando-se de obra de engenharia de natureza não continuada, com escopo definido, início, meio e fim determinados, não comprometendo a continuidade das atividades administrativas e educacionais do Município.

5.11. A vigência contratual corresponderá ao prazo estabelecido no **CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DA OBRA**, acrescido do tempo necessário para a realização dos procedimentos de **RECEBIMENTO PROVISÓRIO e DEFINITIVO** do objeto, conforme dispõem a Lei nº 14.133/2021. O contrato abrangerá todas as etapas de execução, verificação e aceitação da obra, encerrando-se apenas após a emissão do **TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO**, mediante a comprovação de que o objeto foi executado em conformidade com o projeto básico, as normas técnicas e as condições contratuais.

5.11.1. Eventuais prorrogações da vigência poderão ser admitidas quando devidamente justificadas, desde que comprovadas a vantajosidade, a eficiência e a necessidade técnica ou administrativa, observando-se o disposto no art. 107, da Lei nº 14.133/2021. A vigência, portanto, está vinculada à efetiva entrega e aceitação da obra pela Administração, garantindo o cumprimento integral das obrigações contratuais e a observância dos princípios da planejamento, eficiência e continuidade do serviço público.

5.12. Necessidade de garantia da proposta:

5.12.1. Será exigido o recolhimento referente a 1% (um por cento) do estimado para contratação a título de garantia de proposta, devendo ser encaminhada no ato do cadastramento da proposta eletrônica, **EXCLUSIVAMENTE** em campos próprios do sistema eletrônico.

5.12.2. A garantia da proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data que for declarada fracassada a licitação.

5.12.3. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

5.12.4. A garantia de proposta será apresentada nas seguintes modalidades:

a) CALÇÃO EM DINHEIRO: Deverá ser efetuada em favor da contratante, em conta específica do banco do Brasil, **Agência 5663-4, Conta: 7326-1**, com correção monetária;

b) TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA: Deverá ser emitido sob a forma escritural mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizada pelo Banco do Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo ministério da economia;

c) SEGURO GARANTIA: Deverá ter validade durante a vigência da proposta e por mais 60 (Sessenta) dias, após o término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas;

d) FIANÇA BANCÁRIA: Deverá ser emitido por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no país pelo banco do Brasil.

d) FIANÇA BANCÁRIA: Deverá ser emitido por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no país pelo Banco Central do Brasil;

e) TÍTULO DE CAPITALIZAÇÃO: Deverá ser custeado em pagamento único, com resgate pelo valor total.



5.12.5. A não apresentação da garantia ensejará a imediata desclassificação da proposta da proponente;

5.13. As autorizações de serviços contendo as notas de empenho serão enviadas da seguinte na Forma Prevista no **TERMO DE REFERÊNCIA**.

5.14. Procedimentos e rotinas de execução serão detalhados no **TERMO DE REFERÊNCIA**, devendo observar os seguintes aspectos.

5.14.1. Os procedimentos e rotinas de execução dos serviços serão detalhados no respectivo Termo de Referência, o qual deverá ser elaborado com base no Projeto Básico de Engenharia e observar os seguintes aspectos mínimos, em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, e controle previstos na Lei nº 14.133/2021:

Execução da obra de forma contínua quanto às frentes de serviço, em conformidade com o planejamento aprovado, o cronograma físico-financeiro e as etapas construtivas previstas no Projeto Básico de Engenharia, contemplando, entre outras, a preparação e regularização do subleito, o assentamento das pedras, o rejuntamento e os acabamentos.

Responsabilidade técnica com a indicação de **profissional legalmente habilitado (Engenheiro Civil ou Arquiteto e Engenheiro Eletricista)**, que responderá tecnicamente pela execução da obra, devendo acompanhar as etapas essenciais, emitir relatórios técnicos, prestar esclarecimentos à fiscalização e assinar as medições dos serviços executados.

Prazos de início e execução, definidos no cronograma aprovado, devendo a contratada mobilizar equipe técnica e operacional, equipamentos, máquinas e insumos no prazo estabelecido, garantindo o **andamento regular e ininterrupto da obra**, ressalvadas as hipóteses legais de suspensão ou prorrogação devidamente justificadas.

Procedimentos de fiscalização e medição, compreendendo inspeções técnicas em campo, registros fotográficos sistemáticos, elaboração de memoriais descritivos e planilhas de medição, com **validação técnica prévia** dos quantitativos efetivamente executados antes de qualquer pagamento.

Fluxo de aprovação e pagamento, observando-se a tramitação administrativa interna, com conferência técnica pela fiscalização, emissão do atesto de conformidade, autorização do gestor do contrato e pagamento conforme o cronograma físico-financeiro e as unidades de medida previstas no instrumento contratual.

Conduta e responsabilidade da contratada, incluindo o cumprimento integral das **Normas Regulamentadoras (NRs)** de segurança do trabalho, da legislação ambiental vigente, das diretrizes de controle e destinação adequada de resíduos da construção civil, bem como a manutenção de ambiente de trabalho organizado e compatível com os padrões exigidos pela Administração Pública.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO (§ 2º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e art.6º, Inc. III do Anexo II do Decreto Municipal Nº 002/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024).

6.1. Para atendimento da necessidade de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – CAEE, NO ÂMBITO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE FRECHEIRINHA/CE, CONFORME PROJETO BÁSICO DE ENGENHARIA E DEMAIS INSTRUMENTOS DA FASE DE PLANEJAMENTO (objeto sugerido)**, foram identificadas as seguintes soluções oferecidas pelo mercado:



POSSÍVEIS SOLUÇÕES OFERECIDAS PELO MERCADO	
SOLUÇÃO 1 – Contratação de empresa especializada para execução de obras de edificação com adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP)	Modalidade utilizada em contratações de serviços ou fornecimentos com demandas repetitivas e variáveis ao longo do tempo.
	Permite a execução dos serviços conforme necessidade futura, mediante emissão de ordens de serviço, com base em preços previamente registrados em ata.
	O critério de julgamento comumente adotado é o maior percentual de desconto sobre a Tabela de Custos da SEINFRA/CE, acrescida de BDI.
	Possibilita contratações sucessivas durante a vigência da ata, sem necessidade de novo certame.
Inadequação ao objeto:	Apesar de sua flexibilidade, o SRP não se mostra compatível com a execução de obra de engenharia com escopo definido, como a construção do CAEE, que possui quantitativos previamente estimados, execução concentrada em um único empreendimento e planejamento técnico específico, não se caracterizando como demanda continuada ou parcelada.
SOLUÇÃO 2 – Contratação por administração ou gerenciamento de obra (fiscalização/apoio técnico terceirizado)	Prevê a contratação de empresa especializada para apoiar a Administração em atividades de gerenciamento, acompanhamento, controle de qualidade, planejamento e medição da obra.
	Pode incluir apoio na compatibilização de cronograma, conferência de quantitativos, relatórios físico-financeiros e suporte à fiscalização.
	É usualmente aplicada como solução complementar em obras de maior complexidade.
Inadequação ao objeto:	Embora possa contribuir como apoio à fiscalização, essa solução não atende à necessidade principal, que é a execução material da obra de construção do CAEE, conforme Projeto Básico. Trata-se de solução acessória, que não substitui a contratação da empresa executora e, se adotada isoladamente, não atende à demanda finalística da Administração.
SOLUÇÃO 3 – Contratação por empreitada com escopo definido (obra por projeto)	Modelo indicado para obras de engenharia com planejamento prévio completo.



	Exige Projeto Básico de Engenharia, planilha orçamentária, memorial descritivo e cronograma físico-financeiro.
	Permite controle técnico e financeiro rigoroso da execução da obra.
Aderência ao objeto:	Esta solução é plenamente compatível e adequada à contratação pretendida, uma vez que a construção do CAEE possui escopo claramente definido, quantitativos estimados, metodologia construtiva padronizada e planejamento técnico previamente elaborado pela Administração.
SOLUÇÃO 4 – Convênios ou parcerias com instituições de ensino técnico ou universidades (cooperação técnica)	Modelo alternativo geralmente utilizado para apoio técnico, vistorias ou atividades acadêmicas.
	Aplicável a diagnósticos, levantamentos ou atividades de pequena monta.
	Execução limitada à capacidade pedagógica das instituições.
Inadequação ao objeto:	Não se mostra viável para a execução de obra de edificação pública, como o CAEE, em razão da escala da obra, da necessidade de responsabilidade técnica contínua e da exigência de capacidade operacional e produtiva incompatíveis com modelos de cooperação acadêmica.
SOLUÇÃO 5 – Execução direta pela Administração Pública (equipe própria)	Execução dos serviços por servidores e operários do próprio Município.
	Exige estrutura permanente, pessoal qualificado, equipamentos e logística próprios.
	Implica custos fixos elevados e baixa flexibilidade operacional.
Inadequação ao objeto:	A execução direta não se revela vantajosa, considerando a complexidade técnica, o volume dos serviços, a necessidade de equipamentos especializados e a inexistência de estrutura própria suficiente para absorver a demanda sem prejuízo às demais atividades da Administração Municipal.
SOLUÇÃO 6 – Contrato de facilities ou gestão integrada de obras e serviços	Modelo no qual uma única empresa gerencia planejamento, execução e controle da obra.



	Exige governança robusta e fiscalização intensiva.
	Indicado para grandes estruturas administrativas ou contratos amplos e continuados.
Inadequação ao objeto:	Trata-se de solução desproporcional à necessidade apresentada, com custo elevado e complexidade excessiva, não compatível com a construção de edificação específica como o CAEE.

6.2. A seguir, apresenta-se a análise das soluções identificadas para atender à necessidade de contratação:

SOLUÇÃO 01 – Contratação sob demanda com Sistema de Registro de Preços (SRP)	
PONTOS POSITIVOS	Flexibilidade para atendimento de demandas futuras e variáveis.
	Possibilidade de utilização de tabela oficial de custos (SEINFRA/CE) como referência de preços.
	Celeridade nas contratações após a formalização da ata.
	Evita a realização de novo procedimento licitatório para cada demanda individual.
PONTOS NEGATIVOS	Incompatível com obra de engenharia de escopo definido.
	Não se aplica à construção de edificação pública específica , como o CAEE, que exige quantitativos previamente estimados e planejamento técnico detalhado;
	Risco de questionamento por órgãos de controle quanto ao enquadramento jurídico.
	Dificuldade de vinculação ao cronograma físico-financeiro da obra.
	Afasta o adequado planejamento técnico exigido para obras públicas.
SOLUÇÃO 02 – Contratação de empresa especializada para gerenciamento, supervisão e apoio técnico à execução da obra	
PONTOS POSITIVOS	Apoio técnico especializado à Administração na fiscalização, planejamento e controle da execução.
	Melhoria no acompanhamento físico-financeiro e na qualidade dos relatórios técnicos.
	Possibilidade de mitigação de riscos técnicos e de execução, especialmente em obras com maior complexidade.
PONTOS NEGATIVOS	Não atende à necessidade finalística de execução material da obra.
	Gera custo adicional à Administração, sem substituir a contratação da empresa executora.



	Deve ser tratada como contratação acessória, e não como solução principal para atendimento da demanda.
SOLUÇÃO 03 – Contratação por empreitada global (obra com escopo definido)	
PONTOS POSITIVOS	Total compatibilidade com obras de construção de edificações públicas;
	Escopo previamente definido em Projeto Básico de Engenharia.
	Quantitativos e custos estimados de forma objetiva.
	Permite controle rigoroso de prazos, custos e qualidade.
	Adequada ao regime de empreitada por preço global.
	Facilita fiscalização, medição e pagamento por etapas executadas.
	Alinhada às exigências da Lei nº 14.133/2021 para obras públicas.
PONTOS NEGATIVOS	Exige elaboração prévia de Projeto Básico detalhado.
	Processo licitatório mais formal e técnico.
	Menor flexibilidade para alterações não previstas, demandando aditivos contratuais devidamente justificados.
SOLUÇÃO 04 – Parcerias com instituições públicas de ensino técnico (cooperação técnica)	
PONTOS POSITIVOS	Possível redução de custos em atividades auxiliares.
	Estímulo à cooperação institucional e formação acadêmica.
	Aplicável a diagnósticos e estudos técnicos.
PONTOS NEGATIVOS	Baixa escala operacional.
	Inviável para a execução de obra de construção de edificação pública;
	Ausência de capacidade produtiva contínua.
	Incompatível com a responsabilidade técnica exigida para obras de edificações públicas.
SOLUÇÃO 05 – Execução direta pela Administração Pública (equipe própria)	
PONTOS POSITIVOS	Controle interno total da execução.
	Resposta imediata a pequenas intervenções.
	Independência de empresas terceirizadas.
PONTOS NEGATIVOS	Elevado custo fixo com pessoal, encargos e manutenção de estrutura própria.
	Ausência de equipamentos, maquinário e estrutura técnica adequados.
	Dificuldade de manter equipe técnica especializada permanente.
	Baixa flexibilidade e elevado risco operacional.



	Inviável para a construção do CAEE , diante da complexidade técnica e do volume de serviços.
SOLUÇÃO 06 – Contrato de facilities ou gestão integrada de obras e serviços	
PONTOS POSITIVOS	Centralização do planejamento e da execução.
	Maior profissionalização da gestão.
	Redução de riscos operacionais em estruturas complexas.
PONTOS NEGATIVOS	Custo elevado.
	Modelo excessivamente complexo para o objeto.
	Exige governança e fiscalização robustas.
JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO ADOTADA:	
<p>Dentre as soluções analisadas, a alternativa tecnicamente mais adequada e economicamente mais vantajosa para atender à necessidade de CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – CAEE é a SOLUÇÃO 03 – Contratação por empreitada por preço global, com escopo definido, conforme Projeto Básico de Engenharia.</p> <p>Do ponto de vista técnico, a construção do CAEE configura-se como obra de engenharia com quantitativos previamente estimados, metodologia construtiva definida e execução concentrada em empreendimento específico, exigindo planejamento detalhado, cronograma físico-financeiro e fiscalização técnica contínua. A empreitada por preço global permite controle efetivo da execução, assegurando qualidade, durabilidade, segurança estrutural, funcionalidade e conformidade com as normas técnicas aplicáveis.</p> <p>Sob o aspecto econômico, essa solução proporciona previsibilidade orçamentária, uma vez que o custo global da obra é previamente definido, evitando contratações fragmentadas e variações indevidas. O pagamento vinculado às medições efetivamente executadas assegura eficiência na aplicação dos recursos públicos e alinhamento ao interesse público.</p> <p>Além disso, a contratação por empreitada por preço global é plenamente compatível com a Concorrência Eletrônica, modalidade que amplia a competitividade, assegura julgamento objetivo das propostas e atende aos princípios da legalidade, economicidade, eficiência, planejamento e transparência, previstos nos arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021, bem como às diretrizes do Decreto Municipal nº 002/2024.</p> <p>Dessa forma, a SOLUÇÃO 03 revela-se necessária, adequada e proporcional, sendo a que melhor atende à realidade do Município de Frecheirinha/CE e às exigências técnicas, econômicas e jurídicas da contratação pretendida.</p>	

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

7.1. A solução adotada consiste na contratação, por meio de Concorrência Eletrônica, de empresa especializada em engenharia para a execução das obras de construção do Centro de Atendimento Educacional Especializado – CAEE, no âmbito da rede municipal de ensino do Município de Frecheirinha/CE, conforme planejamento elaborado pela Secretaria Municipal de Educação e documentos técnicos produzidos pela área de engenharia. A obra apresenta escopo previamente definido, com quantitativos detalhados, especificações técnicas e metodologia executiva estruturada no Projeto Básico de Engenharia.

7.2. A execução dos serviços ocorrerá de forma contínua e integrada, seguindo as etapas estabelecidas no Projeto Básico, incluindo, entre outras, a execução de fundações e estruturas em concreto armado, alvenarias, lajes, coberturas, revestimentos, instalações elétricas e hidrossanitárias, inclusive subestação elétrica, acabamentos e demais serviços complementares necessários à implantação do equipamento público. Todos os procedimentos deverão observar as especificações técnicas, memoriais descritivos, normas da ABNT e parâmetros de qualidade



definidos, garantindo padrão construtivo adequado, segurança estrutural, funcionalidade, acessibilidade e durabilidade da edificação.

7.3. A contratação será realizada sob o regime de empreitada por preço global, modelo que se mostra adequado às características da obra, por permitir a definição do valor total com base nos quantitativos previamente estimados no Projeto Básico de Engenharia, assegurando maior previsibilidade financeira, controle orçamentário e simplificação no acompanhamento da execução. Esse regime favorece o controle técnico e administrativo da obra, evitando fragmentações e variações indevidas no custo final.

7.4. Para assegurar a vantajosidade do certame, o julgamento das propostas será realizado com base no menor preço global, considerando os custos referenciais adotados na elaboração do orçamento municipal, fundamentados nas composições de custos da SEINFRA/CE, acrescidas do BDI definido nos documentos técnicos. A realização da licitação na forma eletrônica amplia o alcance do certame, possibilitando a participação de empresas de diferentes regiões, promovendo maior competitividade, transparência e economicidade.

7.5. A adoção dessa solução promove eficiência no planejamento e na execução da obra, pois possibilita que a construção do CAEE seja executada de forma integral e coordenada, dentro dos prazos estabelecidos, garantindo a oferta de infraestrutura adequada ao atendimento educacional especializado, a melhoria das condições de atendimento aos alunos, a adequação dos espaços pedagógicos, administrativos e de apoio, a segurança dos usuários e a valorização do patrimônio público educacional.

7.6. A solução como um todo viabiliza a realização da obra de forma técnica, econômica e transparente, assegurando a correta aplicação dos recursos públicos, o cumprimento das etapas previstas no planejamento, a entrega de infraestrutura educacional especializada adequada à população e a observância dos princípios do planejamento, eficiência, legalidade, economicidade, publicidade e controle, em plena consonância com a Lei nº 14.133/2021 e o Decreto Municipal nº 002/2024.

8. DA ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS, ACOMPANHADA DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, CONSIDERANDO A INTERDEPENDÊNCIA COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA (art.6º, Inc. IX do Anexo II do Decreto Municipal Nº 002/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024)

8.1. A estimativa das quantidades referentes à execução das obras de construção do Centro de Atendimento Educacional Especializado – CAEE foi realizada com base no Projeto Básico de Engenharia, o qual contempla plantas arquitetônicas, estruturais, elétricas e hidrossanitárias, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias e memoriais de cálculo que definem, de forma precisa, os serviços necessários para a implantação da edificação.

8.2. As quantidades foram obtidas a partir do dimensionamento técnico dos projetos de arquitetura e engenharia, considerando as áreas construídas, volumes de concreto, áreas de alvenaria, lajes, revestimentos, coberturas, esquadrias, instalações prediais e demais componentes construtivos previstos. A metodologia de cálculo adotada observa as composições técnicas da SEINFRA/CE, garantindo coerência entre as estimativas e os parâmetros de referência utilizados em obras públicas no Estado do Ceará.

8.3. A memória de cálculo contempla a identificação dos principais serviços necessários à execução da obra, tais como: execução de fundações e estruturas em concreto armado, alvenarias e lajes, coberturas, revestimentos, esquadrias, instalações elétricas prediais, inclusive subestação elétrica, instalações hidrossanitárias, pintura, urbanização interna, quando aplicável, e serviços complementares de acabamento. Cada etapa encontra-se descrita no Projeto Básico, com



detalhamento dos quantitativos e respectivas unidades de medida, possibilitando a adequada formação do preço global da obra.

8.4. O orçamento estimado foi consolidado com base nas Composições de Custos da SEINFRA/CE, acrescidas do BDI definido nos documentos técnicos da fase de planejamento, assegurando fundamentação técnica adequada para a definição do valor de referência da contratação. Tal abordagem confere previsibilidade financeira, transparência e compatibilidade entre os preços estimados e os praticados no mercado regional.

8.5. No que se refere à interdependência com outras contratações, verificou-se que a construção do CAEE não depende de serviços externos complementares que comprometam sua execução, uma vez que todas as etapas construtivas necessárias à entrega da edificação encontram-se integralmente previstas no Projeto Básico de Engenharia. Eventuais contratações acessórias, a exemplo da aquisição de mobiliário, equipamentos pedagógicos ou tecnológicos, serão objeto de processos administrativos próprios, não havendo sobreposição de objetos nem risco de duplicidade de escopo.

8.6. A estimativa final das quantidades e dos custos encontra-se devidamente documentada por meio das planilhas orçamentárias, memoriais de cálculo, plantas e especificações técnicas integrantes do Projeto Básico de Engenharia, que acompanham o presente Estudo Técnico Preliminar e subsidiam a formação do preço global da contratação. Esses documentos asseguram precisão no dimensionamento da obra e permitem que os licitantes formulem propostas compatíveis com a realidade técnica do empreendimento.

8.7. Dessa forma, a presente estimativa atende ao planejamento municipal, garantindo que a contratação seja realizada com segurança técnica, transparência e economicidade, preservando a adequada alocação dos recursos públicos e viabilizando a implantação do Centro de Atendimento Educacional Especializado – CAEE no Município de Frecheirinha/CE, em consonância com as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação e com os princípios da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 002/2024.

8.8. DA ESTIMATIVA DO VALOR (art.6º, Inc. X do Anexo II do Decreto Municipal Nº 002/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024)

8.8.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base no **Projeto Básico de Engenharia da construção do Centro de Atendimento Educacional Especializado – CAEE**, o qual consolida as composições de custos, quantitativos e serviços necessários à execução integral da obra, incluindo memorial descritivo, orçamento, memória de cálculo, cronograma físico-financeiro e BDI.

8.8.2. Conforme consignado no Projeto Básico, o **valor total estimado para a execução das obras** é de **R\$ 2.591.579,05 (dois milhões, quinhentos e noventa e um mil, quinhentos e setenta e nove reais e cinco centavos)**, tendo como referência a **Tabela SEINFRA/CE – versão 28.1** e **BDI de 28,35% (vinte e oito vírgula trinta e cinco por cento)**, conforme orçamento e memórias de cálculo integrantes do Projeto Básico de Engenharia.

8.8.3. A adoção de **tabela oficial de custos (SEINFRA/CE)** e do **BDI explicitado** nos documentos técnicos assegura compatibilidade do orçamento com os preços praticados no mercado regional, reforçando a padronização, a transparência e a confiabilidade na formação do preço de referência da contratação.

8.8.4. Ressalta-se que o valor estimado possui natureza referencial, destinando-se à análise e comparação das propostas apresentadas no certame, admitindo-se a apresentação de valores inferiores pelos licitantes, desde que comprovada a exequibilidade e preservadas as condições de execução com qualidade, segurança e conformidade técnica previstas no Projeto Básico de Engenharia.



8.8.5. As planilhas orçamentárias, memórias de cálculo, composições de custos e demais documentos técnicos que fundamentam a estimativa do valor integram o Projeto Básico de Engenharia e subsidiam o presente Estudo Técnico Preliminar, assegurando rastreabilidade, auditabilidade e transparência ao processo de formação do preço de referência.

8.8.6. Assim, a estimativa do valor atende ao disposto no art. 6º, inciso X, do Anexo II do Decreto Municipal nº 002/2024, evidenciando aderência aos documentos técnicos oficiais do Projeto Básico, com parâmetros de custos definidos pela SEINFRA/CE (versão 28.1) e BDI devidamente definido e explicitado, assegurando consistência técnica e adequado planejamento da contratação

9. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (art.6º, Inc. XI do anexo II do Decreto Municipal Nº 002/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024).

9.1. A presente contratação **não comporta parcelamento do objeto**, tendo em vista que a execução das **obras de construção do Centro de Atendimento Educacional Especializado – CAEE** constitui empreendimento **único e integrado**, cujas etapas construtivas são interdependentes e devem ser executadas de forma contínua e coordenada, de modo a garantir a integridade estrutural, a funcionalidade dos ambientes, a segurança dos usuários e a conformidade com as normas técnicas aplicáveis.

9.2. O eventual parcelamento da solução poderia comprometer a eficiência da execução, gerar dificuldades na coordenação das frentes de serviço, ocasionar incompatibilidades entre os sistemas construtivos — tais como estrutura, arquitetura, instalações elétricas e hidrossanitárias — e ampliar os riscos de falhas técnicas, além de elevar os custos administrativos e operacionais decorrentes da necessidade de múltiplos contratos, fiscalizações e medições distintas.

9.3. A obra foi planejada de forma **global**, com quantitativos consolidados, metodologia construtiva padronizada e **cronograma físico-financeiro definido**, conforme estabelecido no Projeto Básico de Engenharia. A execução por **um único contratado** assegura maior responsabilidade técnica, uniformidade na execução dos serviços, rastreabilidade das obrigações contratuais e controle efetivo da qualidade, reduzindo riscos de falhas construtivas, retrabalhos e atrasos na entrega do empreendimento.

9.4. Sob o aspecto econômico, a contratação integral favorece a **economia de escala**, possibilitando melhor negociação de insumos, racionalização da mobilização de equipamentos, otimização da mão de obra e redução de custos indiretos, fatores que contribuem para a obtenção de preços mais vantajosos para a Administração Pública.

9.5. Ademais, o parcelamento poderia resultar em sobreposição de responsabilidades técnicas, dificuldades na apuração de eventuais falhas, aumento do risco de litígios contratuais e fragilização do controle da execução, circunstâncias que não atendem ao interesse público nem aos princípios da eficiência, da economicidade, do planejamento e da segurança jurídica que orientam as contratações públicas.

9.6. Diante dessas considerações, conclui-se que a **não divisão do objeto** é a solução mais adequada sob os aspectos **técnico, operacional e econômico**, assegurando a execução eficiente das obras de construção do **Centro de Atendimento Educacional Especializado – CAEE**, a adequada aplicação dos recursos públicos e a entrega de infraestrutura educacional especializada de qualidade à população do Município de Frecheirinha/CE, em conformidade com a **Lei nº 14.133/2021** e o **Decreto Municipal nº 002/2024**

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES (Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, X e art.6º, Inc. XII do Anexo II do Decreto Municipal Nº 002/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024)



10.1. Após análise do planejamento da Secretaria Municipal de Educação e dos elementos técnicos que compõem o Projeto Básico de Engenharia, verificou-se que a contratação para a execução das obras de construção do Centro de Atendimento Educacional Especializado – CAEE, no âmbito da rede municipal de ensino do Município de Frecheirinha/CE, não apresenta interdependência técnica, operacional ou financeira obrigatória com outras contratações para sua plena execução, uma vez que o Projeto Básico contempla todas as etapas construtivas necessárias à implantação da edificação.

10.2. Registra-se, entretanto, a existência de contratações correlatas, que poderão ser utilizadas como apoio às atividades administrativas e técnicas da obra, sem caracterizar dependência direta do objeto principal, conforme demonstrado a seguir:

CONTRATAÇÃO CORRELATA	CARACTERIZAÇÃO E FINALIDADE
Serviços de fiscalização e acompanhamento de obras de engenharia	Contratação de caráter acessório, destinada a apoiar a Administração no acompanhamento técnico da execução, controle de qualidade, medições, emissão de relatórios e verificação de conformidade com o Projeto Básico de Engenharia. Não substitui a responsabilidade técnica da empresa executora da obra.
Aquisição de mobiliário e equipamentos específicos para atendimento educacional especializado	Contratações posteriores e independentes, destinadas ao aparelhamento das instalações do CAEE, tais como mobiliário adaptado, equipamentos pedagógicos e recursos de apoio ao atendimento educacional especializado, não interferindo na execução da obra civil.
Serviços de ligação e adequação de redes públicas (energia elétrica, água e esgotamento sanitário)	Contratações ou autorizações junto às concessionárias ou prestadores de serviços públicos, quando necessárias para a plena operacionalização da edificação, sem impactar a execução física da obra de engenharia.

10.3. As contratações correlatas acima descritas **não configuram interdependência técnica, operacional ou financeira** com o objeto principal, preservando-se a autonomia da contratação da obra do CAEE, a competitividade do certame e a clareza das responsabilidades contratuais atribuídas à empresa executora.

10.4. Dessa forma, conclui-se que a contratação ora analisada é **autossuficiente**, podendo ser executada de forma independente, sem prejuízo da eventual utilização de contratações correlatas como instrumentos de apoio técnico, administrativo ou operacional, assegurando **eficiência administrativa, segurança jurídica e adequada execução** da obra de construção do **Centro de Atendimento Educacional Especializado – CAEE** no Município de Frecheirinha/CE.

11. DO ALINHAMENTO COM OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL (Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, II e art.6º, Inc. XIII do Decreto Municipal Nº 002/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024).

11.1. A presente contratação não se encontra prevista no Plano de Contratações Anual – PCA formalmente instituído para o exercício de 2026. Tal circunstância, contudo, não constitui óbice ao regular prosseguimento da contratação, especialmente por se tratar de demanda necessária ao atendimento do interesse público e compatível com os objetivos estratégicos da Administração. Ressalte-se que a contratação possui previsão na Lei Orçamentária Anual vigente, com recursos devidamente consignados na respectiva dotação orçamentária, conforme demonstrado na própria LOA e comprovado nos autos do procedimento licitatório. Dessa forma, resta atendida a exigência de compatibilidade orçamentária, assegurando-se a viabilidade financeira da contratação e a observância dos princípios do planejamento, da legalidade e da responsabilidade fiscal, conforme dotação orçamentária, informado abaixo:



Dotação Orçamentária: 1003.12.365.0221.1.018 – Construção, Ampliação e Reforma de Centros de Educação Infantil – FUNDEB 30%

1003. 12.361.0221.2.057 - FUNDEB 30% – Desenvolvimento do Ensino Fundamental;

Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00 Obras e instalações.

12. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (§ 2º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e art.6º, Inc. XIV do Anexo II do Decreto Municipal Nº 002/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024)

12.1. A presente contratação tem como objetivo assegurar a **implantação, adequação e melhoria da infraestrutura física destinada ao funcionamento do Centro de Atendimento Educacional Especializado – CAEE**, promovendo condições adequadas para o atendimento educacional especializado, a segurança dos usuários, a ampliação da capacidade de atendimento da rede municipal de ensino e a valorização do patrimônio público educacional do Município de Frecheirinha/CE. Os resultados esperados com a execução contratual encontram-se alinhados aos princípios da **eficiência, vantajosidade, sustentabilidade, planejamento e interesse público**, conforme o § 2º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

Resultados operacionais
Implantação de edificação pública específica para o funcionamento do CAEE, com entrega de salas multifuncionais, ambientes pedagógicos especializados, áreas administrativas e de apoio, conforme definido no Projeto Básico de Engenharia;
Adequação integral da infraestrutura às normas técnicas vigentes, incluindo requisitos de acessibilidade universal, segurança contra incêndio, conforto térmico, ventilação, iluminação e funcionalidade dos espaços;
Ampliação da capacidade de atendimento educacional especializado no Município, possibilitando a oferta estruturada de serviços complementares e suplementares ao ensino regular;
Conclusão da obra dentro do cronograma físico-financeiro previsto, com qualidade técnica, conformidade normativa e acompanhamento sistemático pela fiscalização da Administração.
Resultados econômicos
Otimização da aplicação dos recursos públicos por meio da contratação sob o regime de empreitada por preço global , com quantitativos previamente definidos e controle efetivo de custos;
Redução de custos futuros com manutenção corretiva, em razão da utilização de materiais, técnicas construtivas adequadas e padrões de qualidade compatíveis com edificações públicas;
Previsibilidade orçamentária e mitigação de riscos financeiros, mediante planejamento técnico detalhado, orçamento referencial e acompanhamento físico-financeiro sistemático;
Racionalização da execução contratual, evitando contratações fragmentadas, sobreposição de objetos e desperdício de recursos públicos.
Resultados sociais e educacionais



Melhoria das condições de atendimento educacional especializado, com disponibilização de ambientes adequados, seguros e confortáveis para alunos, profissionais da educação e equipes multiprofissionais;

Ampliação do acesso a serviços de educação inclusiva e especializada, fortalecendo a política pública de educação inclusiva no âmbito do Município;

Valorização da comunidade escolar e das famílias atendidas, contribuindo para a permanência, o desenvolvimento e o desempenho dos alunos na rede regular de ensino;

Promoção efetiva da inclusão e da acessibilidade, assegurando que todos os espaços do CAEE atendam às normas aplicáveis às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Resultados ambientais e de sustentabilidade

Utilização de técnicas construtivas e materiais compatíveis com os princípios de sustentabilidade, eficiência energética, durabilidade e racionalização do uso de recursos naturais;

Gestão adequada dos resíduos da construção civil, em conformidade com a legislação ambiental vigente e as diretrizes técnicas aplicáveis;

Redução de impactos ambientais por meio de planejamento executivo eficiente, controle de desperdícios e uso racional de insumos;

Contribuição para a sustentabilidade do patrimônio público, mediante a entrega de edificação com maior vida útil, desempenho adequado e menor necessidade de intervenções corretivas ao longo do tempo.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO (art.6º, Inc. XV do anexo II do Decreto Municipal Nº 002/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024)

13.1. Para garantir a segurança jurídica, a regularidade processual e a efetividade da contratação referente à execução das obras de construção do Centro de Atendimento Educacional Especializado – CAEE, no âmbito do Município de Frecheirinha/CE, deverão ser adotadas, previamente à celebração do contrato, as seguintes providências:

a) Verificação da **habilitação e qualificação da licitante vencedora**, mediante conferência da documentação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica, nos termos dos **arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021**, incluindo registros no **CREA/CAU**, atestados de capacidade técnica e comprovação da qualificação técnico-profissional exigida;

b) Validação da **documentação contratual**, compreendendo a minuta do contrato, o Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência, o **Projeto Básico de Engenharia**, a planilha orçamentária, o cronograma físico-financeiro, as garantias contratuais (quando exigidas) e demais instrumentos da fase de planejamento, assegurando plena compatibilidade entre os documentos técnicos e jurídicos;

c) Compatibilização com os **instrumentos de planejamento e orçamento público**, mediante verificação da previsão no **Plano de Contratações Anual (PCA)**, na **Lei Orçamentária Anual (LOA)** e na dotação orçamentária específica, garantindo a disponibilidade de recursos para a execução da obra, em consonância com a legislação fiscal e orçamentária vigente;



d) Observância dos princípios da **publicidade e transparência**, com a divulgação dos atos do procedimento licitatório e da contratação no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**, no sítio eletrônico oficial do Município e nos demais meios exigidos pela **Lei nº 14.133/2021**, assegurando o controle social e o amplo acesso às informações;

e) Designação formal do **gestor e do fiscal do contrato**, por meio de portaria específica, definindo atribuições, responsabilidades e fluxos de acompanhamento, medição, fiscalização e atesto dos serviços executados;

f) Agendamento de **reunião técnica inicial (kick-off)** com a empresa contratada, o gestor e o fiscal do contrato e os setores técnicos envolvidos, com a finalidade de alinhar as obrigações contratuais, o cronograma físico-financeiro, a metodologia de execução, os procedimentos de fiscalização, o controle de qualidade, as normas de segurança do trabalho e o cumprimento dos requisitos de sustentabilidade, acessibilidade e desempenho previstos no Projeto Básico de Engenharia.

14. DA JUSTIFICATIVA DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO PELO MENOR PREÇO GLOBAL

14.1. O critério de julgamento adotado para a presente contratação será o **menor preço global**, compatível com a modalidade **Concorrência Eletrônica** e com o regime de execução indireta por **empreitada por preço global**, considerando a natureza do objeto, que consiste na **execução das obras de construção do Centro de Atendimento Educacional Especializado – CAEE**, no âmbito da rede municipal de ensino do Município de Frecheirinha/CE.

14.2. A escolha do **menor preço global** revela-se adequada em razão de a obra possuir **escopo previamente definido**, com serviços padronizados, metodologia construtiva conhecida e quantitativos estimados no **Projeto Básico de Engenharia**, permitindo que os licitantes apresentem propostas completas, consistentes e plenamente comparáveis, baseadas no conjunto integral da intervenção a ser executada.

14.3. Esse critério confere maior **previsibilidade à Administração Pública**, uma vez que a contratada assume a responsabilidade pela execução integral da obra pelo valor global ofertado, reduzindo riscos de desequilíbrios entre preços unitários, de manipulação de itens da planilha orçamentária e de necessidade de ajustes contratuais indevidos durante a execução.

14.4. O julgamento pelo **menor preço global** assegura **objetividade, isonomia e transparência**, pois possibilita a comparação direta entre os valores finais apresentados pelos licitantes, sem necessidade de avaliações subjetivas, em consonância com os princípios do **julgamento objetivo, da legalidade, da eficiência e da competitividade**, previstos na **Lei nº 14.133/2021**.

14.5. Ademais, a adoção desse critério incentiva o **adequado planejamento da execução** por parte da contratada, a **otimização dos custos** de insumos, mão de obra e equipamentos, e a **eficiente gestão dos recursos** necessários à realização da obra, sem prejuízo do atendimento às especificações técnicas, às normas de engenharia e aos padrões de qualidade estabelecidos no Projeto Básico de Engenharia.

14.6. Diante do exposto, conclui-se que o **critério de julgamento pelo menor preço global** é o mais adequado para a presente contratação, por alinhar-se à modalidade escolhida, ao regime de execução adotado e aos objetivos da Administração Municipal, assegurando **economicidade, segurança jurídica, transparência e a adequada aplicação dos recursos públicos**, em conformidade com a **Lei nº 14.133/2021** e o **Decreto Municipal nº 002/2024**.

15. DA NÃO PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO



15.1. Para a presente contratação, que tem por objeto a **execução das obras de construção do Centro de Atendimento Educacional Especializado – CAEE**, no âmbito da rede municipal de ensino do Município de Frecheirinha/CE, **não será admitida a participação de empresas em consórcio.**

15.2. A vedação à participação em consórcio justifica-se em razão da **natureza do objeto**, que consiste em **obra de engenharia com escopo definido**, serviços padronizados, metodologia construtiva conhecida e grau de complexidade compatível com a capacidade operacional de **empresas individualmente habilitadas** no mercado regional e nacional.

15.3. A execução da obra sob o **regime de empreitada por preço global** exige **unidade de comando, responsabilidade técnica centralizada e clareza na atribuição das responsabilidades contratuais**, condições que são mais adequadamente asseguradas quando a contratação se dá com **empresa única**, sem divisão de obrigações entre consorciadas.

15.4. Ademais, a vedação ao consórcio contribui para a **simplificação da gestão contratual**, da fiscalização e do controle da execução, reduzindo riscos administrativos, operacionais e jurídicos, especialmente quanto à apuração de responsabilidades em eventuais inadimplementos, atrasos ou falhas técnicas na execução dos serviços.

15.5. Ressalta-se, ainda, que o **mercado regional e nacional** dispõe de número suficiente de empresas aptas a executar o objeto de forma individual, **não havendo prejuízo à competitividade do certame**, tampouco restrição indevida à participação de interessados, em consonância com os princípios da **isonomia e da competitividade**.

15.6. Diante do exposto, conclui-se que a **não admissão de consórcio** revela-se **medida necessária, adequada e proporcional**, alinhada ao interesse público, assegurando maior eficiência na execução da obra, **segurança jurídica** e adequada aplicação dos recursos públicos, em conformidade com os princípios e diretrizes da **Lei nº 14.133/2021** e do **Decreto Municipal nº 002/2024**.

16. DA DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE E DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO SUGERIDA

16.1. Diante das características técnicas, operacionais e econômicas do objeto da contratação — **execução das obras de construção do Centro de Atendimento Educacional Especializado – CAEE**, no âmbito da rede municipal de ensino do Município de Frecheirinha/CE, conforme Projeto Básico de Engenharia e demais instrumentos da fase de planejamento — **declara-se viável a contratação**, bem como **adequada a adoção da modalidade Concorrência, na forma eletrônica**, com critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**, compatível com o regime de execução indireta por **empreitada por preço global**.

16.2. A viabilidade da contratação encontra-se devidamente demonstrada, considerando-se, especialmente:

- a) o levantamento técnico preliminar realizado pela Secretaria Municipal de Educação e pela área de engenharia, que evidencia a necessidade de implantação de equipamento público específico para atendimento educacional especializado, em conformidade com a política de educação inclusiva do Município;
- b) a existência de **Projeto Básico de Engenharia completo**, contendo memorial descritivo, especificações técnicas, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais elementos necessários à execução da obra;
- c) a estimativa de custos elaborada com base em **planilha orçamentária referencial da SEINFRA/CE (versão vigente)**, acrescida do **BDI definido nos documentos técnicos**, permitindo a definição de valor global para execução da obra;



d) a existência de **mercado fornecedor apto** à execução de obras de edificações públicas com características similares, assegurando competitividade e viabilidade do certame; e

e) a capacidade administrativa e institucional do Município de Frecheirinha/CE para conduzir o procedimento licitatório, fiscalizar a execução contratual e promover o adequado acompanhamento técnico da obra.

16.3. Considerando a natureza do objeto — **obra de engenharia com escopo definido**, quantitativos previamente estimados, soluções técnicas padronizadas e elevado impacto funcional, social e estrutural — recomenda-se a adoção da **modalidade Concorrência, na forma eletrônica**, nos termos do art. 28, inciso II, da **Lei nº 14.133/2021** e do art. 25, § 2º, do **Decreto Municipal nº 002/2024**, por ser a modalidade mais adequada para assegurar ampla competitividade, transparência, publicidade dos atos e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

16.4. A opção pela realização da licitação na forma eletrônica encontra amparo no art. 26 do **Decreto Municipal nº 002/2024**, considerando que o meio eletrônico amplia o universo de participantes, fortalece a competitividade, promove maior transparência e contribui para a eficiência, o controle e a rastreabilidade dos atos administrativos.

16.5. Quanto ao regime de execução, a adoção da **empreitada por preço global** mostra-se plenamente compatível com a contratação pretendida, uma vez que transfere à contratada a responsabilidade pela execução integral da obra pelo valor global ofertado, proporcionando previsibilidade financeira, controle da execução, facilidade de fiscalização e mitigação de riscos de desequilíbrios contratuais, em consonância com a **Lei nº 14.133/2021**.

16.6. No que se refere ao critério de julgamento, adota-se o **MENOR PREÇO GLOBAL**, por se tratar de obra com orçamento previamente definido em planilha orçamentária detalhada, quantitativos estimados e serviços padronizados. Tal critério permite a comparação objetiva das propostas, preserva a isonomia entre os licitantes e assegura julgamento simples, transparente e alinhado ao interesse público, sem prejuízo do atendimento às exigências técnicas estabelecidas no Projeto Básico de Engenharia.

16.7. Quanto ao modo de disputa, recomenda-se a adoção do **modo aberto**, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 002/2024, por se mostrar suficiente e adequado à natureza da obra, garantindo competitividade, transparência e redução gradual dos preços, sem comprometer a exequibilidade das propostas.

16.8. Considerando a **complexidade técnica do empreendimento**, a relevância social do CAEE, a necessidade de rigor na execução das etapas estruturais, arquitetônicas e de instalações prediais especializadas, **recomenda-se a adoção da etapa de PRÉ-QUALIFICAÇÃO**, nos termos do art. 80 da **Lei nº 14.133/2021** e do Decreto Municipal nº 002/2024, como mecanismo de seleção prévia de empresas que comprovem capacidade técnica, operacional e econômico-financeira compatível com o objeto.

16.9. A pré-qualificação tem por finalidade **mitigar riscos de inexecução contratual**, assegurar que apenas empresas tecnicamente qualificadas participem da fase competitiva do certame e reforçar a segurança jurídica da contratação, especialmente em razão da relevância funcional do equipamento público a ser implantado e da necessidade de observância rigorosa às normas técnicas, de acessibilidade, segurança e desempenho da edificação.

16.10. Diante do exposto, conclui-se que a **Concorrência Eletrônica, com pré-qualificação, execução indireta por empreitada por preço global, critério de julgamento pelo menor preço global e modo de disputa aberto**, é a solução que melhor atende ao interesse público, por assegurar **segurança jurídica, eficiência administrativa, vantajosidade econômica e adequada**



governança da contratação, em consonância com os princípios do planejamento, eficiência, economicidade, transparência e interesse público, previstos nos arts. 5º e 11 da **Lei nº 14.133/2021**, bem como com o **Decreto Municipal nº 002/2024**.

Apêndice I ao ETP – Mapa de Risco.





APÊNDICE II AO ETP – MAPA DE RISCO.

Dados do Processo:

Objeto:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – CAEE, NO ÂMBITO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE FRECHEIRINHA/CE, CONFORME PROJETO BÁSICO DE ENGENHARIA E DEMAIS INSTRUMENTOS DA FASE DE PLANEJAMENTO.

RISCO IDENTIFICADO	PROBABILIDADE	IMPACTO	NÍVEL DE RISCO	MEDIDAS PREVENTIVAS E DE MITIGAÇÃO	RESPONSÁVEL PELO CONTROLE
Atraso na execução da obra em relação ao cronograma físico-financeiro	Média	Alto	Alto	Definição de cronograma físico-financeiro compatível; reuniões periódicas de acompanhamento; medições regulares; aplicação de sanções contratuais	Fiscal do Contrato / Secretaria de Educação / Setor de Engenharia
Falhas na qualidade dos serviços executados (estrutura, alvenaria, revestimentos, instalações)	Média	Alto	Alto	Fiscalização técnica contínua; exigência de conformidade com o Projeto Básico, normas ABNT e SEINFRA; rejeição de serviços em desacordo	Fiscal do Contrato / Setor de Engenharia
Inexecução parcial ou total do contrato pela empresa vencedora	Baixa	Alto	Médio	Exigência de qualificação técnica e econômico-financeira; garantia contratual (se prevista); acompanhamento da execução;	Administração / Jurídico



RISCO IDENTIFICADO	PROBABILIDADE	IMPACTO	NÍVEL DE RISCO	MEDIDAS PREVENTIVAS E DE MITIGAÇÃO	RESPONSÁVEL PELO CONTROLE
				aplicação de penalidades	
Erros ou inconsistências nas medições dos serviços executados	Média	Médio	Médio	Medições realizadas por profissional habilitado; conferência documental; registros fotográficos; auditoria interna	Fiscal do Contrato / Setor de Engenharia
Interferência com atividades escolares durante a execução da obra	Média	Médio	Médio	Planejamento de frentes de serviço; execução em horários compatíveis; isolamento de áreas; plano de segurança	Secretaria de Educação / Fiscal do Contrato
Risco trabalhista decorrente do inadimplemento da contratada	Média	Alto	Alto	Exigência de comprovação periódica de encargos trabalhistas; retenções legais quando cabíveis; cláusulas contratuais específicas	Fiscal do Contrato / Jurídico
Ausência, inconsistência ou incompatibilidade entre projetos (arquitetônico, estrutural, elétrico, hidrossanitário)	Média	Alto	Alto	Revisão técnica prévia dos projetos; compatibilização de projetos; esclarecimentos técnicos antes da ordem de serviço	Setor de Engenharia
Acidentes de trabalho e riscos à segurança dos trabalhadores e usuários da escola	Baixa	Alto	Médio	Exigência de cumprimento das NRs; uso de EPIs/EPCs; plano de segurança do trabalho; fiscalização	Contratada / Fiscal do Contrato



RISCO IDENTIFICADO	PROBABILIDADE	IMPACTO	NÍVEL DE RISCO	MEDIDAS PREVENTIVAS E DE MITIGAÇÃO	RESPONSÁVEL PELO CONTROLE
Aumento inesperado de custos por variação de preços de insumos	Baixa	Médio	Baixo	Orçamento referencial atualizado (SEINFRA); cronograma adequado; cláusulas de reajuste conforme legislação	Administração / Setor de Planejamento

Classificação dos Riscos por Nível - Ampliação da Escola Carlos Machado Portela

